



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA JUSTIÇA E
CIDADANIA**

NIVALDO GÓES OLIVA JÚNIOR

**FORÇA POLICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES
ATORES DA PMBA EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE
FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA NA ATUAÇÃO DOS
SEUS EGRESSOS.**

Salvador
2017

NIVALDO GÓES OLIVA JÚNIOR

**FORÇA POLICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES
ATORES DA PMBA EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE
FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA NA ATUAÇÃO DOS
SEUS EGRESSOS.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Segurança Pública e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Rubenilda Sodré dos Santos

Salvador
2017

O481f Oliva Júnior, Nivaldo Góes.

Força Policial: uma análise sobre a percepção dos diferentes atores da PMBA em relação às contribuições do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia na atuação dos seus egressos. / Nivaldo Góes Oliva Júnior. -- Salvador, 2017.
98 f.

Orientadora: Profa. Dr^a. Rubenilda Sodré dos Santos

TCC (Dissertação) – Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Direito, 2017.

1. Polícia Militar - BAHIA. 2. CFO. 3. Formação Policial. 4. Trabalho Policial. I. Santos, Rubenilda Sodré dos – Profa. Dr^a (Orientadora). II. Universidade Federal da Bahia. III. Faculdade de Direito. IV. Título.

CDD 353.9

NIVALDO GÓES OLIVA JÚNIOR

**FORÇA POLICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES
ATORES DA PMBA EM RELAÇÃO AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE
FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA NA ATUAÇÃO DOS
SEUS EGRESSOS.**

Área de Concentração: Segurança Pública

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Segurança Pública

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora

Rubenilda Sodré dos Santos – Orientadora _____

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Centro Universitário Jorge Amado

Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania/Ufba

Ivone Freire Costa _____

Doutora em Sociologia Econ mica e das Organiza es pela Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

Universidade Federal da Bahia

Tânia Moura Benevides _____

Doutora em Administra o pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Universidade do Estado da Bahia

“A evolução do Homem passa, necessariamente,
pela busca do conhecimento”

Sun Tzu

OLIVA JÚNIOR, Nivaldo Góes. **Força Policial**: Uma Análise Sobre a Percepção dos Diferentes Atores da PMBA em Relação as Contribuições do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia na Atuação dos seus Egressos. 98 f.. – 2017. Dissertação (Mestrado) – Escola de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as contribuições do CFOPM para a atuação qualificada dos policiais militares do Estado da Bahia no exercício das atividades específicas de aspirante a oficial, tenente e capitão. Em relação ao percurso metodológico foi realizado um estudo de caso único, que se configura como uma pesquisa descritiva. Para realização do mesmo partiu-se de uma pesquisa bibliográfica para a definição das categorias de análise que constituíram as abordagens dos instrumentos de coleta de dados – roteiro de entrevista estruturada com o coordenador do CFO e questionário. Foi realizada ainda uma pesquisa documental para levantamento do número de alunos formados entre 2011 e 2016. Como principal conclusão observou-se que o currículo do CFOPM segue as diretrizes da Matriz Curricular Nacional de ações formativas para os profissionais de segurança pública e que os egressos do curso, embora, com críticas a alguns aspectos da formação, consideram que a formação contribui para uma atuação qualificada.

Palavras-chave: CFO. PMBA. Formação Policial. Trabalho Policial.

OLIVA JÚNIOR, Nivaldo Góes. **Força Policial**: Uma Análise Sobre a Percepção dos Diferentes Atores da PMBA em Relação as Contribuições do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia na Atuação dos seus Egressos. 98 f. – 2017. Dissertação (Mestrado) – Escola de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the contributions of the CFOPM to the qualified performance of the military police of the State of Bahia in the exercise of the specific activities of aspiring officer, lieutenant and captain. In relation to the methodological path, a single case study was carried out, which is configured as a descriptive research. To do this, a bibliographical research was developed to define the categories of analysis that constituted the approaches of the instruments of data collection - structured interview script with the CFO coordinator and questionnaire. A documentary survey was also carried out to survey the number of students graduated between 2011 and 2016. As the main conclusion, it was observed that the CFOPM curriculum follows the guidelines of the National Curricular Matrix of formative actions for public safety professionals and that the graduates of the course, although, with criticisms of some aspects of training, they consider that training contributes to a qualified performance.

Keywords: CFO. PMBA. Police training. Police work.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA1	Domínios da aprendizagem de Bloom.....	48
FIGURA 2	Condições externas e internas à aprendizagem e ao desempenho competente.....	51
FIGURA 3.	Eixos articuladores e áreas temáticas da matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.....	54
FIGURA 4.	Matriz Curricular Nacional.....	56
FIGURA 5.	Mapa Estratégico da Segurança Pública do Estado da Bahia..	60
FIGURA 6	Eixos articuladores e áreas temáticas do CFOPM.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.	Currículo/Projeto Pedagógico.....	70
GRÁFICO 2	Disciplinas ofertadas e conteúdos das mesmas.....	71
GRÁFICO 3	Duração e divisão do Curso de Formação de Oficiais PMBA ..	71
GRÁFICO 4	Carga horária do curso.....	72
GRÁFICO 5	Corpo docente.....	73
GRÁFICO 6	Local das aulas.....	74
GRÁFICO 7	Controle de frequência e padrão de avaliação.....	74
GRÁFICO 8	Atividades de pesquisa e extensão.....	75
GRÁFICO 9	Suporte material, suporte gerencial e psicossocial e qualidade das informações	76
GRÁFICO 10	Modo de entrega da instrução e qualidade das mídias e tecnologias utilizadas.....	77
GRÁFICO 11	Procedimentos de feedback, sequência da apresentação de conteúdos e estratégias instrucionais.....	77
GRÁFICO 12	Valor instrumental do treinamento, auto eficácia e motivação para aprender.....	78
GRÁFICO 13	Estratégias de aprendizagem, comprometimento com a carreira e com a organização e locus de controle.....	79
GRÁFICO 14	Contribuição do CFO para o desenvolvimento de uma atuação profissional que ajuda na formação de uma Polícia que desempenha um papel importante no contexto social.....	80
GRÁFICO 15	Contribuição do CFO para atuação profissional competente do egresso.....	80
GRÁFICO 16	Contribuição do CFO para reflexão crítica e resposta correta diante das demandas de segurança pública colocadas no atual contexto social na atuação profissional do egresso.....	81
GRÁFICO17	Contribuição do CFO, através dos conteúdos estudados na formação, para como egresso o oficial ter domínio da gênese, fundamentos, evolução e conhecimento teórico da organização e da ação policial.....	81

GRÁFICO 18 Contribuição do CFO na habilitação do egresso na realização de ações como Tenente [níveis técnico e tático] e como Capitão [níveis tático e estratégico]..... 82

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Abordagens sobre Violência Urbana no Brasil.....	30
QUADRO 2	Valores Organizacionais PLANESP (2016-2025).....	38
QUADRO 3	Diagnóstico do estudo “os policiais, seus ofícios, sua formação”.....	43
QUADRO 4	Categorias dos domínios das Taxinomias de Bloom e suas características.....	49
QUADRO 5	Características individuais que influenciam na aprendizagem....	53
QUADRO 6	Tipos de competências apresentadas no Currículo do CFOPM..	61
QUADRO 7	Objetivos gerais e temáticas semestres do CFOPM Bahia.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APM	Academia de Polícia Militar
ATI	<i>Aptitude-Treatment Interaction</i>
BA	Bahia
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
Cap.	Capitão
CEGESP	Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública
CESP	Curso de Especialização em Segurança Pública
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFOPM	Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares
CHAS	Conhecimentos, Habilidades e Atitudes
CI	Centro de Instrução
CPM	Colégio da Polícia Militar
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
EFGS	Escola de Formação de Graduados e Soldados
EsFAG	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados
ESG	Escola Superior de Guerra
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
GGI	Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
JAAPAR	Jornada Acadêmica de Ações Policiais em Ambientes Rurais
JIM	Jornada de Instrução Militar
JIPOM	Jornada de Instruções Policiais Militares
MCN	Matriz Curricular Nacional
OPB	Ordem dos Policiais do Brasil
PA	Pará
PFTran	Posto de Fiscalização de Trânsito
PLANESP	Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianuais

PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSPR	Perfil Sócio Profissional Reflexivo
SE	Sergipe
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TD&E	Treinamento Desenvolvimento e Educação
TOE	Taxinomias de Objetivos Educacionais
VPMB	Vila Policial Militar do Bonfim

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O ESTADO E A SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA FORÇA POLICIAL	23
3 SEGURANÇA PÚBLICA	28
3.1 SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	29
3.2 SEGURANÇA PÚBLICA NA BAHIA	34
4 AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	40
4.1 FORÇA POLICIAL E SEU DESENVOLVIMENTO	41
4.2 ASPECTOS QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS	47
4.3 MATRIZ CURRICULAR SENASP	53
5 ANÁLISE DE RESULTADOS: UMA AVALIAÇÃO DO CFOPM NA PMBA	58
5.1 POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E A FORMAÇÃO DA FORÇA POLICIAL NO CFOPM	58
5.1.1 Currículo do CFOPM	61
5.2 FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA PERSPECTIVA DA COORDENAÇÃO DO CFOPM	65
5.3 FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CFOPM	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS EGRESSOS DO CFO PMBA	93
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENAÇÃO	94
ANEXO A – QUADRO CURRICULAR POR SEMESTRE DO CFOPM BA	96

1 INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados à Segurança Pública crescem e se avolumam. São problemas de naturezas distintas, mas extremamente imbricados. No Brasil violência e criminalidade são temáticas recorrentes nos noticiários e, a depender da gravidade, na imprensa internacional. Somente no primeiro semestre de 2017, foram noticiadas várias crises de Segurança Pública, a saber: a crise do sistema carcerário, com rebeliões iniciadas no primeiro dia do ano de 2017, em Manaus, espalhando-se para outros estados brasileiros; a greve da Polícia Militar no Espírito Santo; e inúmeras ações orquestradas pelo crime organizado [e desorganizado] causando temor aos moradores de muitas cidades, principalmente, segundo o Atlas da Violência de 2017, as três mais violentas do país, que são: Altamira [PA], Lauro de Freitas [BA] e Nossa Senhora do Socorro [SE] (CERQUEIRA et al, 2017).

Nos últimos anos os problemas de Segurança Pública no Brasil passaram a ter contornos inimagináveis, pois são assassinadas no Brasil mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo (CERQUEIRA et al., 2017).

Os problemas de Segurança Pública no Brasil merecem atenção em todos os territórios e instâncias. De acordo com os dados do Atlas da Violência publicado em 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), registrou-se, em 2015, o número de 59.080 homicídios no Brasil. A participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, por exemplo, corresponde a 47,8% do total de óbitos [homens adultos com idade entre 15 e 29 anos] e 53,8%, se forem computados apenas os homens entre 15 a 19 anos. Os dados sobre violência incluem análises sobre regiões e municípios mais violentos, bem como incorporam dados sobre a violência praticada por policiais e contra policiais.

Cerqueira et al. (2017) insiste na mudança do modelo de Segurança Pública que, para os autores, é conivente com o uso abusivo da força letal e execuções sumárias - esse modelo expõe e vitimiza os seus agentes. O autor informa que só em 2015, 358 policiais civis e militares passaram a constar nas estatísticas de homicídio do país. Em 2016, foram 477 policiais mortos e em 2017 245 [janeiro a maio de 2017]

(OPB, 2017) Segundo o Portal de Notícias G1 (2017), “O número de policiais mortos no primeiro semestre deste ano no Rio de Janeiro chegou a 85, contra 22 em São Paulo e 10 em Pernambuco”.

O modelo de atuação policial permanece como um dos maiores desafios para reformulação do modelo de Segurança Pública. Como importante integrante desse sistema de segurança, as Polícias Militares mostram-se essenciais para: a garantia da Segurança Pública; a redução dos índices de criminalidade; e o aumento da sensação de segurança para a sociedade. Não podendo ser, essa força policial, vitimizada, devendo sim estar instrumentalizada e preparada para a ação qualificada.

A preparação para a atuação qualificada da força policial requer dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública um criterioso processo de recrutamento e seleção dos seus integrantes; adequada aplicação do efetivo no contexto de trabalho; cuidadosa avaliação do desempenho do trabalho policial; criterioso desenvolvimento da força policial; e adequado sistema de monitoramento e manutenção do trabalho policial. Para além, espera-se que esses órgãos possam prever e prover o aparelhamento de qualidade e instalações adequadas.

Essa pesquisa trata, especificamente, do criterioso desenvolvimento da força policial, configurando-se como um estudo de caso na Polícia Militar da Bahia em um dos seus processos formativos - o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM).

O governo federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e buscando estimular o aprimoramento do contingente integrante dos órgãos que compõem o referido sistema, no ano de 2003 apresentou em um seminário nacional, cujo objetivo era a divulgação de realizações feitas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), as ações formativas para os profissionais de Segurança Pública (SENASP, 2014).

As referidas ações apresentadas sofreram adequações sucessivas por meio de revisões, ampliações e modificações. Atualmente apresenta-se como a “Matriz Curricular Nacional” para ações formativas dos profissionais da área de Segurança

Pública, constituindo-se como um marco de referência para a formação dos policiais militares do estado da Bahia.

A Polícia Militar da Bahia, em seu campo de ensino, conta com três tipos de unidades de formação, sendo duas destas – a Academia de Polícia Militar (APM) e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) – voltadas para formação dos seus profissionais de Segurança Pública; e uma terceira linha de unidades direcionada para a formação básica dos filhos dos integrantes do público interno, como também de jovens da população em geral, por meio do Colégio da Polícia Militar (CPM).

Além das unidades sediadas na capital da Bahia, o CFAP e o CPM possuem suas representações também em outras cidades do Estado visando fomentar um maior alcance das suas ações perante os anseios da sociedade baiana.

Nos Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) ocorrem os cursos de formação das praças como já é indicado pela sua própria designação, enquanto a Academia de Polícia Militar promove a formação de oficiais em nível de graduação e especialização (PMBA, 2016).

No nível de graduação, a PMBA forma seu efetivo por meio do Curso de Formação de Oficiais e no nível de especialização através do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) e o Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública (CEGESP) (PMBA, 2016).

O estudo de caso que configura essa dissertação busca analisar a formação dos oficiais da PMBA no nível de graduação que corresponde ao CFOPM. Assim, parte da seguinte questão de investigação: **Qual a percepção de diferentes atores da PMBA sobre as contribuições do CFOPM da PMBA para a formação de uma força policial que garanta uma atuação competente no exercício das atividades específicas dos aspirantes a oficial, tenentes e capitães?**

A fim de responder a tal questionamento parte-se do pressuposto de que o CFOPM da PMBA cumpre parte do seu papel na formação de uma força policial competente para o exercício das atividades específicas dos aspirantes a oficial, tenentes e capitães, entretanto, em função das novas demandas do atual contexto de

Segurança Pública, a Matriz Curricular do Curso precisa contemplar conteúdos mais reflexivos que habilitem os Policiais formados para um posicionamento mais crítico.

Este trabalho tem por objetivo geral analisar as contribuições do CFOPM para a atuação qualificada dos policiais militares do Estado da Bahia no exercício das atividades específicas de aspirante a oficial, tenente e capitão, na percepção dos diferentes atores da PMBA. Por objetivos específicos busca-se: a) apresentar a estrutura da Polícia Militar da Bahia, a atuação e atribuições dos policiais em conformidade com a escala hierárquica nos seus diversos níveis; b) avaliar a adesão do currículo formativo do CFOPM em relação a Matriz Curricular Nacional do Ministério da Justiça; c) analisar contribuições ou carências do curso de formação sob a perspectiva dos seguintes atores: i) Militares que trabalham na coordenação do CFOPM; e ii) Oficiais formados nos últimos cinco anos, visto que este é o período que têm de formados os oficiais que realizaram o curso no ano de lançamento da versão ampliada e atualizada da Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública (2009).

O Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM) é o curso responsável pela formação dos policiais praças especiais (aspirantes a oficial), oficiais subalternos (tenentes) e intermediários (Capitão) que atuam na Polícia Militar da Bahia. Os egressos do CFOPM assumem inicialmente o posto de aspirante a oficial. Obedecendo-se as regras de período mínimo a se ficar em cada posto, antiguidade e pontuação para promoção, o aspirante a oficial (praça especial) é promovido ao posto de tenente e pode chegar até ao posto de Capitão. Essa categoria de oficiais ocupa os postos que mais atuam diretamente com as praças e que mais desenvolvem trabalhos de natureza ostensiva. São, portanto, mediadores na condução da força policial para o exercício adequado das atividades necessárias para a manutenção da ordem e da lei na sociedade. Assim, no contexto de formação da força policial, entende-se que esse curso - CFOPM - é muito relevante para garantir a missão estabelecida pela Secretaria da Segurança Pública: “Preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio” (PLANESP, 2017, p.26).

Ao formar-se, o egresso do CFOPM, na condição de praça especial e então aspirante a oficial, está habilitado para assumir a função de coordenador de área em

serviços operacionais diários, comandar operações de cunho operacional, ser classificado como auxiliar dos oficiais chefes de seções administrativas, integrar comissões para o mais variados fins requeridos pela administração, ser designado como encarregado ou presidente de feitos investigatórios de atividades correcionais e com outras funções compatíveis com o oficialato. Tais funções são apenas etapas iniciais de uma carreira de gestão na instituição, que será percorrida pelo oficial da PMBA.

O impacto da formação das praças especiais, oficiais subalternos, oficiais intermediários e oficiais superiores mostram-se como base para o desempenho geral da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Militar da Bahia frente às demandas de toda sociedade.

Em relação ao percurso metodológico, em princípio, cabe destacar o método adotado para a estruturação desse estudo. Levando-se em consideração que esse estudo parte de um processo de dedução lógica para a compreensão do fenômeno estudado toma-se o método por hipotético-dedutivo. Este método parte de ideias gerais que são aceitas como satisfatórias e, a partir disso, é deduzida uma série de suposições que logo se contrastam com os dados concretos da realidade. Esse método parte do geral para o particular (RICHARDSON, 2011).

Em relação à abordagem, optou-se nesse estudo pela abordagem qualitativa. Segundo Richardson (2011) a pesquisa de abordagem qualitativa pode ser caracterizada por uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais constituídas a partir dos dados coletados, sejam eles primários ou secundários. Ressalta-se, entretanto, a importância dos dados primários para validação de tal abordagem, pois as convicções subjetivas dos sujeitos pesquisados possuem primazia explicativa sobre o conhecimento teórico do investigador, desde que haja um empenho para uma prática reflexiva que administre a oscilação analítica entre os dados observados em campo e a teoria considerada válida.

Quanto aos fins, a presente pesquisa tem caráter descritivo, visto que descreve o CFOPM como um curso de formação que prepara os Oficiais da PMBA para atuação no contexto social do estado da Bahia. A Pesquisa descritiva segundo Triviños (1987) se destina a descrição de fenômenos, que fogem da possibilidade de

verificação somente através da observação. Essa tipologia de pesquisa adequa-se a construção de um estudo de caso, tal qual se propõe essa pesquisa.

O estudo de caso proposto tem por objetivo aprofundar o entendimento e a descrição de uma realidade, observando diferentes variáveis de análise, tais como a estrutura da Polícia Militar da Bahia, bem como a atuação e atribuições dos policiais; adesão do currículo formativo do CFOPM em relação à Matriz Curricular Nacional do Ministério da Justiça; e o currículo do CFOPM da PMBA. Nesse caso não cabe a generalização dos resultados, pois os achados de pesquisa são vinculados ao caso em estudo. Tal advertência, entretanto, não minimiza a relevância do estudo, principalmente por ser esse um objeto de pesquisa situado no campo da Segurança Pública, sendo uma relevante área para estudo no atual contexto de crise da Segurança Pública (TRIVIÑOS, 1987).

O estudo de caso, segundo Martins (2008) é uma estratégia de pesquisa que demanda avaliação qualitativa, quando seu objetivo é o estudo de uma unidade social analisada em profundidade. Trata-se de uma investigação empírica no seu contexto real. Essa estratégia viabiliza a penetração na realidade social de forma mais intensa e profunda, o que uma análise quantitativa não permite.

Para construção do estudo de caso único da PMBA foi estabelecido o seguinte processo: a identificação do caso a ser estudado; a consulta à coordenação do CFOPM, na APM, de modo a obter a permissão para realização de tal estudo; o delineamento da pesquisa com definição da questão de partida, objetivos, justificativa, entre outros; a construção da plataforma teórica; o planejamento da pesquisa; a coleta de dados primários, incluindo entrevistas com a coordenação e a aplicação de formulário; a triangulação dos dados; a construção da dissertação.

A revisão bibliográfica foi realizada consultando as melhores referências em dois campos distintos: Segurança Pública e ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública, incluindo o trabalho policial. Em relação as referências utilizadas merece destaque as publicações da EDUSP sobre Polícia e Sociedade [Coleção] e os manuais da Escola Superior de Guerra e SENASP.

Após a construção do referencial teórico e tomando por base as categorias definidas e fundamentadas na pesquisa bibliográfica, e dos ensinamentos advindos

dessa fase, foi estabelecido o planejamento da pesquisa. Nessa etapa, foi construído um protocolo de pesquisa que norteou a fase de pesquisa de campo. Tal protocolo teve por objetivo dar segurança ao processo de imersão e incluiu: o roteiro de entrevista com representante da coordenação do curso [APÊNDICE A]; e o formulário aplicado com os egressos [APÊNDICE B].

Definido o protocolo, iniciou-se a fase de coleta de dados primários, ocorrida entre os meses de maio e abril de 2017. Em princípio foi realizada a entrevista com o coordenador do 24 de Abril de 2017; e por fim foram aplicados os questionários com 89 oficiais. Salienta-se que o critério determinístico para delimitação da amostra se deu com base na acessibilidade. O critério de acessibilidade admite a aplicação de instrumento de coleta com aqueles que aceitaram participar da pesquisa, após exposição dos objetivos da mesma. Thiollent (1982) afirma que não há impedimento quanto à seleção por acessibilidade. Não há necessidade de obediência a regras mecânicas. A seleção supõe a disponibilidade do respondente e resulta de uma avaliação da relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas.

Por fim, foi realizada a triangulação dos dados e a construção da análise de dados que consta na dissertação. A estratégia adotada para a avaliação das informações levantadas foi a análise de conteúdo. Foram utilizadas análise de expressão, frase e parágrafo, sendo as categorias de cunho aberto. A análise possuiu caráter dedutivo, com abordagem analítica, onde foram analisados os resultados da entrevista e questionário por categorias: Assunto (subdivisões temáticas apresentadas nos questionários) e questões (questão por questão). O resultado das análises está apresentado no quinto capítulo, onde foram exploradas as informações obtidas na aplicação do instrumento de coleta de dados, através da técnica da triangulação com os resultados da entrevista.

No que tange à pesquisa de campo, opta-se aqui pela utilização de dois instrumentos que atribuem à pesquisa um caráter também qualitativo. Para o levantamento de dados sobre a percepção dos oficiais, ou seja, dos Militares que trabalham na coordenação do CFOPM, optou-se pela entrevista semiestruturada. Para tal foi constituído um roteiro que direcionou a entrevista buscando entender como os Militares envolvidos no processo asseguram o alinhamento do CFOPM à

Matriz Curricular elaborada pela SENASP e também como asseguram a qualidade de tal formação. Para compreender a percepção dos Oficiais formados nos últimos cinco anos foram aplicados questionários. O questionário foi constituído de questões fechadas, visando garantir maior assertividade na sua tabulação e análise.

O estudo torna-se relevante à medida que reconhece que o policiamento, no atual modelo de gestão da Segurança Pública, é ineficiente. Segundo Cerqueira et al. (2017, p.22) “devemos insistir na mudança de um modelo de segurança pública que, se não promove, é conivente com o uso abusivo da força letal e execuções sumárias, ao mesmo tempo que expõe e vitimiza cada vez mais os seus agentes”. Os autores destacam que o número de incidentes de mortes decorrentes de intervenção policial já ultrapassou o de latrocínio (roubo seguido de morte) apresentado no 10º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública [2015] - 2.314 mortes.

Entende-se que, como adverte Bittner (2003, p.302), que “para que a polícia se torne [...] adequada as tarefas de nossos tempos, ela deve instituir o estudo e a pesquisa em seus mandatos. Apenas desse modo [...] poderá [...] avançar e reter o controle da direção de seus esforços”. Gomes, (2013), em seu trabalho destaca que os policiais da PMBA não estão capacitados, qualificados e treinados, de forma regular, para uma atuação qualificada que seja capaz de controlar a criminalidade e consequentemente se proteger. Corroborando adverte Cerqueira et al (2017, p. 24) “A letalidade policial e a vitimização policial que a ela se associa são produtos de um modelo de enfrentamento à violência e criminalidade que permanece insulado em sua concepção belicista”.

Cabe destacar que, na atuação profissional, o autor desse trabalho tem constatado diariamente os desafios para a atuação dos oficiais que compõe a PMBA. Com efeito, não se trata tão somente de apontar a dimensão da formação da força policial como causa fundamental dos déficits de atuação, mas é possível partir do pressuposto que a formação é uma causa acessória que pode contribuir para tal déficit. A formação pode ser um fator estruturante que favorece o exercício diário profissional de forma qualificada e ajustada às demandas sociais. Sendo assim, essa é uma questão que, como oficial com 23 anos de atuação, sendo deles 3 dedicados ao comando de diferentes subunidades operacionais, administrativa e

inclusive subunidade orgânica do Departamento de Ensino da PMBA, percebe-se ator e expectador desse processo. Há ainda uma experiência de 15 anos de atuação no contexto formativos, como instrutor de tiro, conhecendo as dificuldades de alinhamento para ajustes nos distintos processos.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro, intitulado introdução e aqui apresentado, traz os aspectos delineadores da pesquisa. O segundo, terceiro e quarto capítulos destinam-se à apresentação do referencial teórico e abordam as temáticas relacionadas à formação do Estado; a Segurança Pública, circunscrevendo a Segurança Pública no Brasil e na Bahia; e as ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública e o surgimento da força policial e a Segurança Pública no Brasil. O quinto capítulo apresenta a análise dos resultados, destacando o histórico da instituição PMBA, os processos de formações desenvolvidos por esta e em seguida aborda o CFOPM e sua concepção por meio da visão da sua coordenação e dos seus egressos. No sexto e último capítulo são feitas as considerações finais.

2. O ESTADO E A SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA FORÇA POLICIAL

O Estado, conforme a interpretação de Dallari (1995) é classificado segundo três posicionamentos. O primeiro posicionamento abordado é o dos autores que consideram que, de maneira semelhante à sociedade, para ele o Estado “existiu sempre, pois desde que o homem vive sobre a Terra acha-se integrado numa organização social, dotada de poder e com autoridade, para determinar o comportamento de todo o grupo” (p 44).

A segunda posição que Dallari (1995) indica é a que o Estado é posterior à sociedade. Esse posicionamento possui um maior número de adeptos na percepção do citado autor. O surgimento do Estado para tais adeptos se deu “para atender às necessidades ou às conveniências dos grupos sociais” (p. 44).

Por fim, existe o posicionamento dos autores “que só admitem como Estado a sociedade política dotada de certas características muito bem definidas”. Neste terceiro posicionamento Dallari (1995) cita o autor Balladore Pallieri que ao seguir tal posicionamento sobre o aparecimento do Estado estabelece em sua obra “com absoluta precisão, o ano do nascimento do Estado” (DALLARI, 1995 p.44).

As teorias sobre o aparecimento do Estado levam ao questionamento sobre a sua formação e a resposta, segundo Dallari (1995), resume-se em dois grupos: o grupo dos não contratualistas onde se encontram teorias que defendem que o Estado foi formado naturalmente ou espontaneamente e o grupo dos contratualistas que defendem a formação do Estado como resultado da “vontade de alguns homens, ou então de todos os homens” (DALLARI, 1995, p 46).

Para Bonavides (1983), em sua obra *Ciência Política*, ao tratar do Estado o autor afirma que o mesmo “como ordem política da Sociedade é conhecido desde a antiguidade aos nossos dias. Todavia nem sempre teve essa denominação, nem tampouco encobriu a mesma realidade” (BONAVIDES, 1983. p. 50). Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, é considerado por Bonavides (1983) como o autor que primeiro utilizou o termo Estado, tal como hoje é concebido. Ao escrever que “Todos os Estados, todos os domínios que têm tido ou têm império sobre os homens são Estados, e são repúblicas ou principados” (BONAVIDES, 1983. p. 50).

Ainda em Bonavides (1983) é encontrado a indicação da utilização de três acepções de caracterizações do Estado: filosófica, jurídica e sociológica. Sobre a acepção filosófica o autor ressalta:

Aos primeiros pertence Hegel, que definiu o Estado como a “realidade da ideia moral”, a “substância ética consciente de si mesma”, a “manifestação visível da divindade”, colocando-o na rotação de seu princípio dialético da ideia como a síntese do espírito objetivo, o valor social mais alto, que concilia a contradição Família e Sociedade, como instituição acima da qual sobrepairá tão-somente o absoluto, em exteriorizações dialéticas, que abrangem a arte, a religião e a filosofia. (BONAVIDES, 1983, p. 51)

Sobre a acepção jurídica Bonavides (1983) cita entre outros autores que seguem esse mesmo modelo de concepção de Estado a interpretação de Kant considerando-a limitada: “a reunião de uma multidão de homens vivendo sob as leis do Direito”. Cita também o conceito de Burdeau: “Estado se forma quando o poder assenta numa instituição e não num homem. Chega-se a esse resultado mediante uma operação jurídica que chama de institucionalização do Poder” (BONAVIDES, 1983. p. 51-52).

A acepção sociológica, por sua vez é demonstrada por Bonavides (1983) através dos conceitos de autores como Marx e Engels que foi definida pelo primeiro como “o poder organizado de uma classe para opressão de outra” e pelo segundo como “uma organização da respectiva classe exploradora para manutenção de suas condições externas de produção, a saber, para a opressão das classes exploradas” (BONAVIDES, 1983. p. 54).

Bonavides (1983) considera sob a acepção sociológica que:

O Estado moderno racionalizou, porém, o emprego da violência, ao mesmo passo que o fez legítimo. De modo que, valendo-se de tais reflexões, chega Max Weber, enfim, ao seu célebre conceito de Estado: aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território, reivindica para si, de maneira bem sucedida, o monopólio da violência física legítima (BONAVIDES, 1983, p; 55).

Sobre o monopólio legítimo da força Soares (2004) afirma que para a sua continuidade o Estado exige um sistema coercitivo, legitimado e bem regulamentado (SOARES, 2004). Esta origem deve ser estudada e compreendida.

O Estado na sua origem, segundo Engels (1984), é um produto da sociedade, em função do seu grau de desenvolvimento. Destaca-se que há, nessa formação, antagonismos que para serem superados necessitou da instituição de um poder constituído para amortecer o choque e manter os limites da "ordem". Em princípio, o poder é denominado de força pública e a seguir de força policial, o que caracteriza claramente a relação Estado-força policial, como explicita o autor “[...] um dos traços característicos essenciais do Estado, é a existência de uma força pública separada da massa do povo [...]” (p.40).

Para manter a ordem entre os cidadãos, o Estado criou uma força de polícia. Esta força pública, em todo Estado, foi formada não só de homens armados, mas também por acessórios materiais, cárceres e instituições coercitivas de todo gênero. “O Estado não podia existir sem a polícia” e a “força pública [...] formada pelo conjunto dos cidadãos sujeitos ao serviço militar [...] se opunha à classe dita proletária, excluída do serviço militar e impedida de usar armas”, o que explicita o antagonismo imposto (ENGELS, 1984, p.40 - 45).

Assim, é possível verificar que desde o seu nascimento o Estado estabelece com a força policial uma associação imbrincada e metabólica, pois a sobrevivência do Estado depende da manutenção e da sobrevivência da força policial. Nesse sentido, os fatores que caracterizam e qualificam a força policial, associam-se e vinculam-se diretamente ao Estado. Engels (1984, p. 61-61) adverte que:

[...] essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Nesse sentido a “força policial se fortalece na medida em que exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado e na medida em que os Estados contíguos crescem e aumentam de população” (ENGELS, 1984, p.62). O Estado, assim, é visto como produto e manifestação do antagonismo de classe, pois ele

aparece onde e quando os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados, constituindo para tal o exército permanente e a polícia como instrumentos fundamentais da força e do poder estatal (LENIN, 2007).

O Estado apresentado por Lenin (2007) é a organização especial de uma força, que tem seu poder centralizado, com aparelhamento burocrático e militar que se desenvolve e se consolida, passando por diferentes estágios, destacando aqui a aristocracia, o Estado burguês e o Estado imperialista.

Já o Estado moderno, segundo Fiori (2001), nasce com o capitalismo e estabelece com ele, através de séculos, uma relação conturbada e frutífera. Os frutos são colhidos pelos “donos do dinheiro” e “donos do poder político”. Nesse caso, há uma compulsão conjunta à expansão e à extraterritorialidade - os Estados já nascem com vocações imperialistas, utilizando-se do modo de produção capitalista como força globalizante (FIORI, 2001 apud BENEVIDES, 2012).

O Estado tem a capacidade de sancionar e proteger as suas personificações, já que a sua estrutura, produz interrelações políticas e legais. Detém um poder capaz de, nas situações de conflito, impor o seu desejo. São intervenções corretivas e coercitivas que são efetuadas para a expansão e acumulação do capital e que facilitam a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes (MÉSZÁROS, 2009a apud BENEVIDES, 2012).

O Estado moderno altamente burocratizado, com toda complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma pré-condição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isto significa que o Estado se afirma como um pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas suas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediano e abrangente (MÉSZÁROS, 2009a, p. 109).

O sistema do capital, para Mézáros (2009a), considera o Estado moderno como única estrutura compatível com os seus parâmetros estruturais, ou seja, com o seu modo de controle sociometabólico.

Crettiez (2011) afirma que o monopólio do Estado, em relação ao uso da força, é real e ocorre nos planos internos com a polícia e nos planos externos com os exércitos (guerra). Assim, o Estado se impõe e impõe, igualmente, um sentimento de segurança. Tal sentimento modifica a dimensão psíquica dos seus protegidos através da diminuição do medo, recuo dos valores de coragem e honra, repressão das pulsões imediatas, entre outros. O autor traz um posicionamento sobre o Estado afirmando que “Não importa as múltiplas finalidades do Estado, é o monopólio da violência em seu território que caracteriza sua forma original. ” (p.60). O Estado moderno rejeita o fundamento violento e adota em substituição as palavras mais neutras - “força” e “coerção”. Essa adoção ampara-se na legitimidade, pois há o reconhecimento da população, sendo o Direito o fator que confere força à violência do Estado – regra e controla a manutenção da ordem pública ou a da guerra.

O Estado atua até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos limites do sistema. Sua função é retificar a falta de unidade. Essa função de retificação da falta de controle do sistema se dá, segundo Poulantzas (2000), de duas maneiras: a primeira através da promoção do capital e a segunda através da regulação. Assim, os Estados nacionais se organizaram respeitando uma hierarquia e seguindo o ordenamento global do capital, o que garante a expansão e a acumulação (MÉSZÁROS, 2009a; MÉSZÁROS, 2007b).

Ao buscar compreender a força policial no atual contexto do modo de produção capitalista, partindo do posicionamento de Poulantzas (2000) pode-se circunscrever a força policial na função de promoção, quando garante a sensação de segurança, em relação à Segurança Pública; e na função regulação, quando rompida a sensação de segurança, atua como organismo de defesa coercitivo que visa promover a paz social. Levando-se em consideração essa dupla função, cabe avaliar, no Estado brasileiro, a atuação da força policial na Segurança Pública.

3 SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança, de modo amplo, é uma necessidade, uma aspiração e um direito inalienável do ser humano. A Segurança permite imprimir a noção de garantia, proteção ou tranquilidade à pessoa e às instituições, sendo um elemento indispensável. O grande responsável pelo provimento da segurança é o Estado, que desde a sua gênese assume o poder de exigir o cumprimento dos deveres e funções necessários à manutenção desta condição (ESG, 2016).

Há um reconhecimento de que tal provimento da segurança é um dos mais difíceis problemas que os dirigentes de uma Nação enfrentam, pois isso requer o equilíbrio entre as obrigações e as responsabilidades do Estado. O Estado deve ser voltado para o interesse coletivo, sendo o detentor do monopólio do uso legítimo da força (ESG, 2016).

Faz-se, portanto, necessário compreender o conceito de segurança e para tal utiliza-se o conceito apresentado pela Escola Superior de Guerra (ESG) (2016, p.59), que conceitua segurança como “a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza”. Assim, entende-se que se trata de “algo” subjetivo.

Ao buscar definir Segurança Pública verifica-se o seguinte posicionamento “Segurança Pública é a garantia da manutenção da Ordem Pública, mediante a aplicação do Poder de Polícia, prerrogativa do Estado” (ESG, 2016, p.62).

Tavares dos Santos (1997) explica a relação entre Estado e segurança ao fazer uma descrição de como para estabelecer-se e demonstrar o seu poder, o mesmo, utilizou-se da polícia e do Exército para reafirmar-se frente aos cidadãos. O Estado moderno ampliou sua forma de incorporar para si a segurança incorporando também o uso da força, da violência como legítima e exclusiva sua.

O Estado moderno além de manter a segurança para si, no seu discurso ele afirma também ser mantenedor, protetor das liberdades individuais. A isso a autora interpreta “que a noção de segurança passa a ser compreendida na interdependência entre ordem social e ordem política”, em face da constante luta travada pelo homem em suas relações de poder (DIAS, 2010, p. 26).

O Estado torna-se também corresponsável por parte da demanda social das agressões sofridas pela paz pública, quando novos cenários advêm da ação desvirtuada dos seus agentes enquanto investidos do Poder Estatal, que deveriam primordialmente zelar pela Segurança Pública e respeito aos direitos fundamentais do cidadão quando do exercício das suas funções. Nesse sentido, ainda de acordo com Saporì (2007, p.17), pode-se ratificar que:

Os conflitos sociais derivados da disseminação de comportamentos desviantes manejados, nas sociedades modernas, por organizações públicas especializadas na efetivação de mecanismos de controle social. Do ponto de vista institucional, os Estados democráticos contemporâneos procuram garantir a manutenção da ordem mediante a obediência a diversos institutos legais que estabelecem os parâmetros de seu poder de atuação. Vigora no Estado democrático de direito, nessa ótica, a máxima *ordem sob a lei*. (SAPORI, 2007, p.17)

Dessa forma, evidencia-se a grande necessidade de um prévio estabelecimento dos parâmetros de atuação do Estado, através dos seus agentes, robustecido e formatado em um processo formativo e massificado através da cultura organizacional, para que haja o retorno esperado para manutenção da ordem pública¹. Entende-se, portanto, que a garantia da sensação de segurança está diretamente ligada à existência e ação da força policial.

A compreensão da força policial e, conseqüentemente, a importância do papel formativo desses profissionais faz parte de um cenário macro no qual o Estado é a matriz diretiva.

3.1 SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

As discussões sobre segurança pública no Brasil apontam uma deterioração da capacidade do Estado responder de forma eficaz às questões de violência². Observa-se, segundo Visacro (2009, p. 309), que “[...] não há mais como negar a

¹ Ordem Pública é a situação de tranquilidade e normalidade cuja preservação cabe ao Estado, às Instituições e aos membros da Sociedade, consoante as normas jurídicas legalmente estabelecidas (ESG, 2016, p.62).

² A noção de Violência é polissêmica. “É preferível, portanto, falar ‘das’ violências, tamanha é a reunião, dentro desse grupo, de uma multidão de realidades distintas” (CRETTEZ, 2011, p.137). A violência aí tratada é uma das tipologias – a violência urbana.

existência de uma face (secundária) da violência social urbana que transcende o escopo da segurança pública e orbita no espectro da expressão militar do poder nacional.”.

Visacro (2009) adverte que tal temática não pode ser abordada sob uma única ótica, pois merece uma análise multi-abordagem para a sua compreensão, como apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Abordagens sobre Violência Urbana no Brasil

Abordagem	Descrição
Socioeconômica	Identifica as causas da violência urbana associando-as às históricas distorções na estrutura social do país.
Comercial	Refere-se à relação direta entre lucro com a comercialização de drogas e armas de fogo.
Legal	Versa sobre os aspectos jurídicos, apontando a inadequação das leis e impunidade.
Institucional	Trata da ineficiência das forças policiais e do colapso do sistema carcerário.

Fonte: Adaptado de Visacro (2009).

Essa pesquisa reconhece a impossibilidade de dissociação das diferentes abordagens, pois para tratar as questões relacionadas à violência urbana não se pode ser simplista, adotando isoladamente as abordagens, dissociando-as. Trata-se de um tema complexo que decorre da interação de diferentes fatores que são, em grande medida, muito complexos. Adota-se aqui a abordagem institucional de Visacro (2009) apenas para o entendimento da importância formativa nesse contexto, já que se busca analisar as contribuições de um processo formativo da força policial.

Busca-se ampliar o entendimento, apresentando a noção de Segurança Pública no Brasil, não ignorando a correlação e interdependência dos fatores, pois há muitos óbices à atuação efetiva do Estado. Presume-se, segundo Costa e Lima (2014), que o termo Segurança Pública no Brasil foi utilizado pela primeira vez na Constituição Federal de 1937.

Anterior a este período, a exemplo da Constituição de 1934, se utilizava para descrição do que hoje é compreendido como a área da Segurança Pública outras expressões como segurança “interna”.

A Constituição de 1988, no seu artigo 144, que resgatou o termo já utilizado em 1937, repetindo a falha de não conceituação de Segurança Pública e avançando ao definir as instituições que compõem esse campo e suas atribuições.

Art. 144. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. (Brasil, 1988)

Costa e Lima (2014) afirmam que a conceituação da Segurança Pública é algo complexo pela dimensão que tal campo agrega, mas que é possível buscar entendê-la a partir do que é realizado pelas organizações que compõe sua natureza.

Através do texto constitucional é compreendido que as organizações responsabilizadas pela garantia da Segurança Pública são também responsabilizadas pela manutenção da ordem. Tais órgãos tem sua atuação demarcada em situações de anormalidades, coagindo-as e frustrando sua ocorrência.

Embora os índices de violência sejam um indicador do campo de Segurança Pública e os indicadores no cenário brasileiro terem apontado um aumento dos mesmos a partir dos anos 70. Tais índices se agravam em função dos seguintes aspectos: falta de políticas e recursos orçamentários para combate à violência na sua origem; expansão do mercado consumidor de drogas; ampliação tangível e intangível da influência do crime organizado; parco orçamento destinado à defesa [14% do PIB]; e falta de evolução organizacional e tecnológica das corporações policiais (VISACRO, 2009).

Buscando atuar no desenvolvimento organizacional e tecnológico das corporações policiais, em 1999 se materializa uma ação mais efetiva do Estado - a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) (BARROS, 2007).

A SENASP é uma referência na história das políticas de Segurança Pública, pois atuou de forma a buscar reconfigurar o funcionamento das organizações de Segurança Pública.

A SENASP foi, direta ou indiretamente, a responsável pela entrada em cena e fortalecimento dos municípios como atores relevantes na Segurança Pública, ao incluí-los como passíveis de serem beneficiados como recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Da mesma forma, foi pioneira ao firmar, em 2004, parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) para financiar amplo edital de pesquisas aplicadas e aproximar organicamente o universo das instituições encarregadas de prover Segurança Pública das universidades e centros de pesquisa. Foi também por meio da secretária que os conteúdos dos currículos dos cursos de formação policial e de guardas municipais foram discutidos e a universidade chamada a oferecer cursos regulares na área, bem como Sistemas de Informações Criminais passaram a ser valorizados. (COSTA e LIMA, 2014, p.482)

Dentre as ações da SENASP destaca-se medidas como a criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) a partir do ano 2000 que gerou a criação de dois outros planos: o Plano de Segurança Pública para o Brasil (2003) e o Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) no ano de 2007. Em paralelo Poncioni (2012) relata que:

Diversos programas foram lançados para o incremento da área, inclusive com relação à capacitação e aprimoramento dos quadros de recursos humanos das polícias, com vistas a estabelecer um novo modo de operar das organizações policiais para a realização das atividades dirigidas a redução da violência e do controle do crime na sociedade. (PONCIONI, 2012, p. 321)

O Plano Nacional de Segurança Pública que sinteticamente se apoiava nos seguintes critérios: construir um consenso com os governadores; criar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) para disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública em todas as esferas; desconstitucionalizar as polícias; criar os Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública (GGI); aumentar o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) através de negociação com o Banco Mundial e BID; criar a emenda constitucional da desconstitucionalização das polícias e normatização do SUSP; e celebrar o Pacto Pela Paz (DIAS, 2010).

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) delimitou como áreas prioritárias o reequipamento das polícias estaduais, treinamento e capacitação profissional, implantação de programas de policiamento comunitário, implantação de sistemas de informações e estatísticas policiais.

Ao longo desse período, alternativas para os modelos de ações e gestão de Segurança Pública foram pensados, tais como: policiamento comunitário para trabalho preventivo; ações transversais das secretarias de estado, por exemplo: educação e segurança; diálogos setoriais; Planos plurianuais (PPA) - plano de médio prazo (quatro anos), que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal; fortalecimento da integração das ações; e melhoria das instituições e do sistema penitenciário. Foi ampliado, com investimentos também, o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI) e estabelecido o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (SINESP) (DIAS, 2010).

Nessa articulação cada unidade membro da federação responde por sua política de segurança e o presidente responde pela política de segurança do país perante outras nações e órgãos internacionais. Com as normas jurídicas estabelecidas para acesso ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) (criado a partir da Medida Provisória (MP) 2.029/00), fincou-se o objetivo de apoiar projetos na área de Segurança Pública e prevenção à violência em alinhamento com a aceitação dos estados do SUSP.

O SUSP, que prevê a integração prática das agências de justiça criminal dentro dos marcos legais; integrando a União, Estados e municípios. A integração prática ocorre subordinada ao GGI, sendo este um fórum deliberativo e executivo, composto por representantes das agências de Segurança Pública e justiça criminal. O que se observa é uma tentativa de alinhamento ao SUSP como condição para acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Isso obriga Estados e Municípios a uma submissão às metas e diretrizes da União, que propõe uma articulação sistêmica. O “[...] fundo foi convertido em mecanismo de viabilização financeira da nova política de segurança nos estados [...] sendo usado como instrumento de motivação para que os governos se incorporassem ao ‘pacto nacional pela democratização da Segurança Pública’” (DIAS, 2010, p. 183).

Barros (2007) adverte que falta por parte do SUSP uma avaliação rigorosa quanto à contrapartida dos Estados, sendo imprescindível uma participação mais ativa do Governo Federal no sentido de estabelecer orientações e diretrizes gerais para os Estados desenvolverem suas políticas de segurança de acordo com suas

peculiaridades e em harmonia com as ações de outros Estados e do Governo Federal.

Tendo sido traçado aqui o mais recente percurso da Segurança Pública no Brasil através da apresentação das políticas públicas³ que geram impactos na atuação das organizações que compõe tal campo, cabe aqui citar outro fato marcante realizado pela SENASP e que se configura como central para análise do trabalho aqui apresentado – a criação da Matriz Curricular, em 2003 e que será abordada no próximo capítulo.

3.2 SEGURANÇA PÚBLICA NA BAHIA

As discussões sobre Segurança Pública na Bahia também apontam para uma deterioração da capacidade do Estado para responder de forma eficaz às questões de violência e aponta, ainda, uma tentativa de planejamento e controle através das duas últimas edições do PLANESP que evidenciam estratégias e objetivos para a atuação mais competente na área de Segurança Pública.

O Estado da Bahia, segundo o Atlas da Violência de 2017, figura como um dos mais violentos da União. De 2005 a 2015 as taxas de homicídio na Bahia cresceram 122,8%, ficando nessa classificação como o quinto Estado com maior variação percentual no crescimento de homicídios. Em relação ao número de homicídios a Bahia pulou de 2.881 homicídios em 2005 para 6.012 em 2015 [variação de 108,7%] (IBGE apud CERQUEIRA et al., 2017). Tais dados estatísticos apontam para uma necessidade de atuação mais cautelosa.

Deve-se analisar com cautela as taxas de homicídio em São Paulo, Minas Gerais e Bahia, tendo em vista o proporcionalmente exorbitante número de casos de Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVCI) que foram registrados nesses estados. A saber, o percentual de MVCI em relação ao

³ Diversos são os entendimentos acerca do conceito de Políticas Públicas (PP), Secchi (2013) afirma que ela pode ser entendida como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. As políticas públicas estão calcadas em dois pilares fundamentais: a intencionalidade pública que se apresenta como uma necessidade não individualizada e sim de todos os indivíduos ou de grande parte destes; e na necessidade de uma resposta a um problema público o qual incomoda e deve ser solucionado.

total de homicídios registrados, nessas Unidades Federativas, no ano de 2015, foi de 42,9%, 30,4% e 30,3%, respectivamente (CERQUEIRA et al., 2017, p.11).

Ao apontar os municípios mais violentos do país, o Atlas da Violência 2017, destaca que “[...] Em relação aos municípios mais violentos, em 2015, com mais de 100 mil habitantes, [...] tem representantes de Unidades Federativas das cinco regiões brasileiras. [...] o Norte e Nordeste possuíam 22 municípios neste ranking [...]” (CERQUEIRA et al., 2017, p.18).

Nove cidades baianas estão listadas no ranking. São elas: Lauro de Freitas [2ª posição], Simões Filho [5ª posição], Teixeira de Freitas [7ª posição], Porto Seguro [9ª posição], Barreiras e Camaçari [14ª e 15ª posições respectivamente], Alagoinhas e Eunápolis [18ª e 19ª posições respectivamente] e Feira de Santana [30ª posição] (CERQUEIRA et al., 2017).

Em relação a violência contra a força policial, a Ordem dos Policiais do Brasil (OPB) apresenta os dados de acompanhamento das mortes entre profissionais de segurança no Brasil. Em 2017 “[...] o número de policiais mortos aumentou. Comparando os meses de janeiro a maio deste ano com o de 2016, morreram 248 profissionais contra 236 no ano anterior”. No levantamento da OPB (2017) a Bahia ficou em segundo lugar com 25 mortes em 2017 [janeiro a maio]. O crescimento da morte de policias na Bahia tem tomado proporções alarmantes, de 65 policiais mortos em 2005 chegou-se a 225 homicídios até 2015 (CERQUEIRA et al., 2017).

Os números mostram a deterioração da Segurança Pública no país e no Estado. Os dados apresentados evidenciam a vulnerabilidade que está submetida a sociedade civil do estado da Bahia, entretanto, também evidenciam a Fragilidade e vulnerabilidade da força policial baiana. Fica patente a necessidade da atuação mais comprometida das autoridades políticas e do campo da segurança pública. Faz necessário o estabelecimento de um pacto contra os homicídios, sejam eles de civis ou policiais militares. O planejamento e a boa gestão precisam substituir o proselitismo político vazio e as ações midiáticas que não resultam em melhorias na Segurança Pública do Estado e conseqüentemente do país (CERQUEIRA et al., 2017).

Ruediger e Riccio (2005), afirmam que o debate sobre segurança pública não deve se centrar apenas na existência de um sistema de leis, mas deve levar em conta as

políticas públicas para o setor, como vetor básico para a melhoria das condições de combate ao crime; estruturação dos órgãos responsáveis pela segurança pública - incluindo-se aí a *accountability*; políticas preventivas para redução da criminalidade; adequação das estruturas para combate ao crime organizado; adequação do sistema penal e política de valorização pessoal e social do profissional de segurança pública.

Faz-se necessário transcender a legalidade estrita e centrar-se numa forma adequada de gestão aos problemas de Segurança Pública. Há uma possibilidade de utilização das políticas públicas como forma de instrumentalização e materialização de soluções.

Na Bahia, especificamente, seguindo o direcionamento do Plano Nacional de Segurança Pública, foi instituído o Pacto Pela Vida - um programa de Estado, implantado na Bahia em 06 de junho de 2011, viabilizado por uma nova Política Pública de Segurança, construída de forma pactuada com toda a sociedade e integrada com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União. Neste programa governamental a liderança é realizada diretamente pelo Governador, em parceria com treze Secretarias de Estado, tendo por objetivo principal a redução dos índices de violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida e contra o patrimônio (PACTOPELAVIDA, 2017).

O Pacto Pela Vida prevê uma nova distribuição territorial para fins de execução e monitoramento das ações do Programa. Tal distribuição partiu da criação de Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) que são compostas por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)⁴. Na nova distribuição territorial há um direcionamento de recursos e esforços policiais e sociais para áreas consideradas prioritárias para o Programa, o direcionamento usa como parametrização os indicadores CVLI e CVP (PACTOPELAVIDA, 2017).

⁴ A composição e os limites das Regiões Integradas de Segurança Pública e das Áreas Integradas de Segurança Pública do Município de Salvador e Região Metropolitana (RMS) foi publicada na portaria n.º 05 de 06 de janeiro de 2012 do Diário Oficial do Estado. Não há nesse documento ou em qualquer outra publicação, tais como PLANESP, Redes Sociais [página do Pacto Pela Vida no Facebook] e site da SSP-BA os critérios adotados para tal proposição de divisão territorial. Observam-se na capital, diferentes configurações para as AISPs (BENEVIDES, Tânia Moura et al. POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA. In: Congresso UFBA 70 anos, 1., 2016, UFBA. POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA... [S.l.: s.n.], 2016. p. 167-167. v. 1. Disponível em: <http://www.congresso.ufba.br/wp-content/uploads/2016/06/CONGRESSOUFBA_programacao.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017).

Na execução da política pública do PPV as ações policiais são integradas nas unidades que compõem o sistema de Segurança Pública. A integração tem por objetivo intensificar a repressão qualificada, mediante o uso da inteligência policial; ampliar as ações policiais preventivas mediante a aproximação da polícia com a comunidade; e implantar de Bases Comunitárias de Segurança Pública (BCS) em áreas consideradas críticas em termos de criminalidade violenta, aumentando a sensação de segurança nestas áreas (PACTOPELAVIDA, 2017).

Em relação ao planejamento e a boa gestão sugerido por Cerqueira et al (2017) o estado da Bahia criou, em 2013, um plano estratégico, tendo por finalidade organizar as ideias e estruturar projetos sobre Segurança Pública. A Secretaria de Segurança Pública promoveu a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública – PLANESP (2012-2015). O PLANESP enfatizou a importância da gestão como uma de suas premissas, visando melhorar a eficiência e eficácia dos recursos disponíveis (PLANESP, 2012).

Em 2017 foi publicada uma nova versão do PLANESP (2016-2025)⁵. Essa nova publicação apresenta o caminho pretendido para a redução dos índices de criminalidade. Propõe ainda pressupostos de qualidade e excelência na prestação dos serviços de Segurança Pública para os próximos dez anos (SSP-BA, 2017).

Os avanços observados entre o PLANESP 2012-2015 e o PLANESP 2016-2025 são: a ampliação da temporalidade de 3 anos para 10 anos; e a decisão de implantar Escritórios de Projetos e Processos como um instrumento de gestão para auxiliar a alta liderança, servindo de apoio à gestão estratégica do Sistema Estadual de Segurança Pública.

De modo geral o PLANESP (2017, p. 29-30) define como missão “Preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio” e como visão “Ser

⁵ Para o Planesp 2016-2025, definiu-se um horizonte temporal de dez anos, período julgado necessário para a implantação da estratégia, para o alcance da Visão de Futuro estabelecida, a fim de oportunizar ocasionais adequações às ações institucionais requeridas pelas mudanças que venham a surgir na conjuntura estadual. A consolidação das informações construídas deu-se através da aplicação do Balanced Scorecard (BSC), que é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School - Robert Kaplan e David Norton. Nessa elaboração foi definido para a gestão do plano o modelo de governança, estado em dois comitês, o Comitê de Gestão Integrada de Projetos e Processos, responsável pela proposição e avaliação dos Portfólios, e o Comitê de Gestão Estratégica, este último responsável pelo monitoramento da estratégia, através do acompanhamento e avaliação contínua dos resultados alcançados, decorrentes das ações desencadeadas, primando pela aderência permanente destas com as diretrizes estratégicas estabelecidas (SSP-BA, 2017).

reconhecida nacionalmente, até 2025, pela excelência da qualidade dos serviços de Segurança Pública cidadã e pela efetiva contribuição para a redução dos índices de criminalidade”. Os desafios postos demandam alinhamento da força policial para o seu atingimento, em função dos inúmeros óbices que se colocam frente as estratégias pensadas por essa Secretaria – SSP-BA. Assim, cabe a absorção dos valores definidos para a força policial e apresentados a seguir.

Quadro 2 – Valores Organizacionais PLANESP (2016-2025).

Abordagem	Descrição
SERVIR E PROTEGER	Servir à comunidade buscando, no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública e executar a repressão de forma qualificada, promover o bem-estar comum.
RESPEITO À VIDA, À CIDADANIA E AOS DIREITOS HUMANOS	Considere que a vida é o bem mais importante dentre outras e, altruisticamente, não hesitar ao preservá-la, buscando ainda a promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais do cidadão.
HONESTIDADE	Comportar-se, o servidor da Segurança Pública. Inspirando confiança e apreço, deixando sempre em evidência sua probidade, sua decência e seu decoro, transparecendo todas as qualidades que caracterizam o Homem de bem em uma sociedade.
INTEGRAÇÃO	Induzir e aglutinar as políticas institucionais da Segurança Pública, através da integração das bases territoriais, dos sistemas, bancos de dados e processos críticos. A integração dos órgãos de segurança pública perpassa pelo respeito ao papel constitucional, história e diferenças, de forma a se evitar a superposição de ações ou conflitos institucionais.
CORAGEM	Superar o medo, o temor e a intimidação para, com abnegação e firmeza de espírito, enfrentar situações de iminente perigo, emocionalmente ou moralmente difíceis.
APRIMORAMENTO TÉCNICO-PROFISSIONAL	Buscar o conhecimento através da promoção e participação em cursos, estágios, instruções e do auto-aperfeiçoamento, com foco na constante capacitação e o bom desempenho das atividades profissionais.
ÉTICA	Conduzir-se de acordo aos princípios que norteiam o Serviço Público, refletindo a moral, valores, prescrições e exortações presentes na deontologia dos servidores da Segurança Pública, tendo o seu caráter sob a égide dos bons costumes, ensejando o respeito entre si e entre estes e a sociedade.
TRADIÇÃO	Conservar, respeitar e transmitir as boas práticas e valores forjados pelas gerações que construíram as histórias das instituições Estaduais de Segurança Pública.
RESPONSABILIDADE SOCIAL	Comprometer-se com o desenvolvimento social, trabalhando em conjunto com os integrantes dos órgãos estaduais da Segurança Pública, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar a qualidade de vida
TECNICIDADE	Utilizar-se de processos e normas técnicas para a consecução e aprimoramento das atividades profissionais.

Fonte: Adaptado do PLANESP (2017).

Os valores Organizacionais são “princípios ou crenças, organizados hierarquicamente, relativos a condutas ou metas organizacionais desejáveis, que orientam a vida da organização” (TAMAYO & BORGES, 2001 apud PLANESP, 2017, p.31).

O PLANESP (2017, p. 31) destaca que os “Os Valores não são criados; eles têm que ser percebidos, apurados, sentidos e elevados”. Ter uma força policial cônica dos valores organizacionais e atuante em prol de uma sociedade onde prevaleça a sensação de segurança e a promoção da paz social, demanda investimentos em desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que se alinhem com os valores organizacionais propostos pela SSP-BA e, conseqüentemente, pela instituição PMBA, já que essa se insere como uma importante instituição para a promoção da ordem pública no estado da Bahia.

4 AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Verifica-se o aumento progressivo do crime e da violência na maior parte das cidades ocidentais. Crime contra o patrimônio, homicídios, crime organizado, narcotráfico, entre outros, são crimes que levam a crer na instituição de uma crise do modelo liberal de organização policial. Poncioni (2007) afirma que o discurso do “controle do crime” foi sendo substituído pela “guerra contra o crime”.

A manutenção da ordem pública, segundo Poncioni (2007) exige uma gestão mais acertada da segurança pública. Há diferentes projetos de prevenção à violência e controle do crime, buscando a superação dos problemas relacionados à debilidade da força policial para resolver os problemas contemporâneos. Identifica-se, até a metade do século XX, a adoção de dois modelos, a saber: o burocrático-militar e o de aplicação da lei. Nos dois casos à força policial cabe a aplicação da lei, sendo o policial um operador imparcial da aplicação da lei, cabendo-lhe o cumprimento dos deveres oficiais e aplicação dos procedimentos de rotina, independente das suas tendências pessoais e reconhecimento das necessidades do público. Tornam-se, nesse contexto, “Máquinas de Reação” (FIELDING, 1996 apud PONCIONI, 2007).

O cenário de acirramento da violência requer uma mudança na formação da força policial, pois há diferentes problemas na atuação policial no contexto de crise. Os mais destacados problemas são: incapacidade da polícia em se aproximar dos problemas concretos que acometem a população; isolamento da organização policial com comportamento refratário ao controle externo; e falta de controle externo por ineficiência de mecanismos de *accountability* das agências policiais (PONCIONI, 2007).

Cabe destacar que a socialização do policial ocorre na Academia de polícia, onde os recém ingressos, via concurso público, recebem formação com a introdução de conhecimentos e habilidades técnicas. Após esse processo formativo os policiais são designados para o exercício profissional e, a partir de então, a aprendizagem se dá no contato com a realidade cotidiana da organização policial (PONCIONI, 2005).

O conteúdo formativo inclui a seleção de componentes teóricas, práticas e comportamentais. Assim, os programas de ensino e treinamento profissional dos policiais envolvem a transmissão de valores, crenças, pressupostos, baseando-se nas diretrizes teóricas e metodológicas dos currículos oferecidos.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os aspectos que contribuem para o desenvolvimento das competências do policial, a partir do entendimento do que seja força policial e seu desenvolvimento, desempenho competente desta força policial; e, por fim, apresentar a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública criada pela SENASP.

4.1 FORÇA POLICIAL E SEU DESENVOLVIMENTO

Para definir força policial, importante categoria de análise nessa dissertação, recorre-se a conceituação reflexiva de Monjardet (2003, p. 25). O autor adverte que para entender a força policial, cabe antes entender a Polícia enquanto instituição e diz que uma instituição é “[...] um conjunto de regras estabelecidas com vistas à satisfação de interesses coletivos; o organismo que visa a mantê-los”. Assim a polícia tem por obrigação atender aos interesses coletivos de duas ordens – instrumental e substancial – com função elementar de regulação pública da violência, sendo nessa regulamentação adotada uma aplicação da força escalada, até que seja atingido o *quantum* de força requerido para cada uma das atuações demandadas.

Assim, Monjardet (2003, p.27) define Polícia como “instituição encarregada de possuir e mobilizar os recursos de força decisivos, com o objetivo de garantir ao poder o domínio (ou a regulação) do emprego da força nas relações sociais internas”.

Com efeito, a Polícia é um instrumento de poder; um serviço público requisitado por todos; e uma profissão que desenvolve seus próprios interesses. São três dimensões conflitantes e muito questionadas por diferentes campos de estudo, tais como a sociologia, psicologia, política, administração, entre outros. Há aí uma

impossibilidade de fusão harmônica desses três interesses, pois os confrontos podem ocorrer a partir de lógicas de ação distintas e concorrentes. O funcionamento policial resulta também de tensões perpétuas, pois, a mesma força policial que após uma ação “truculenta” de manutenção da ordem pública é a que pode atuar na resolução de um congestionamento, no salvamento de feridos, no acolhimento a vulneráveis, na dominação de um indivíduo com debilidade mental e em tantas outras circunstâncias para as quais são demandados (MONJARDET, 2003).

Sintetizando as funções da polícia Monjardet (2003, p.16) traça as diferentes dimensões do trabalho policial:

Toda polícia é um instrumento de produção caracterizado por uma divisão e uma especialização das tarefas, das técnicas, dos procedimentos, dos saberes, uma estrutura hierárquica, normas informais etc. Essa dimensão organizacional é essencial para se prevenir contra as divagações da teorização gratuita. Toda polícia é, em segundo lugar uma instituição, um instrumento criado pela autoridade política para promover, realizar ou salvaguardar interesses coletivos identificáveis. Por essa razão, incorpora valores sociais centrais, e supõe os controles sociais necessários ao respeito desses valores. Enfim, toda polícia é mobilizada por um grupo profissional especializado, “os policiais”, que, como todo grupo profissional, caracteriza-se por interesses e cultura próprios, princípios de identidade frente ao não-profissional, critérios de identificação internos.

Bittner (2003) diz que o trabalho policial é complexo, sério e importante, o que torna um desafio a transformação desse trabalho, bem como a transformação do homem que executa esse trabalho. A execução das atividades policiais requer uma formação diferenciada e reflexiva da força policial. Até os anos de 1980, na França, a formação da força policial acontecia na prática do trabalho e a atualização dos conhecimentos a cargo do próprio policial. O que foi apontado como uma das grandes carências da administração policial naquele país, mas que pode ser extrapolado para análise em outras nações. À época o Ministério do Interior e da Descentralização [1983] divulgou uma investigação importante denominada “*Os policiais, seus ofícios, sua formação*” que diagnosticava as disfunções do trabalho policial.

Quadro 3 – Diagnóstico do estudo “os policiais, seus ofícios, sua formação”

Ordem	Descrição
CONSTAÇÃO Nº 1	Os policiais cumprem uma multiplicidade de tarefas sem com isso serem multicompetentes.
CONSTAÇÃO Nº 2	Os policiais são desprovidos de uma documentação profissional.
CONSTAÇÃO Nº 3	As técnicas e as modalidades da prevenção são imprecisas e pouco conhecidas.
CONSTAÇÃO Nº 4	Os policiais enfrentam uma delinquência que tem formas moventes, o que a torna difícil de tratar.
CONSTAÇÃO Nº 5	Há uma incompreensão entre os policiais e os usuários.
CONSTAÇÃO Nº 6	Difícilmente são os policiais que geram o acúmulo de ocorrências infelizes e imprevisíveis.
CONSTAÇÃO Nº 7	Os policiais carecem de ferramentas de compreensão de seu ambiente.
CONSTAÇÃO Nº 8	A maior parte dos policiais privilegia a motivação geográfica às custas da motivação profissional.
CONSTAÇÃO Nº 9	O encerramento no interior da instituição entrava a atividade dos policiais.
CONSTAÇÃO Nº 10	O acúmulo de escritos desvia os policiais de suas verdadeiras missões.
CONSTAÇÃO Nº 11	Há uma divergência sobre a eficácia dos estilos de comando.
CONSTAÇÃO Nº 12	Os responsáveis pelos serviços não estão em condições de assegurar sua função de “gestores”.

Fonte: Adaptado de Monjardet (2003)

Este estudo revela falta de profissionalismo e uma necessidade premente de transformação dos processos formativos dos policiais e da sua atuação prática na França, mas serve também como base para uma análise e pensamento mais crítico em relação à formação e atuação da força policial no Brasil, pois, por exemplo, um relatório feito pelo setor de psicologia da Polícia Militar do Rio de Janeiro destaca que os oficiais e praças apontam ter uma formação curta e descontinuada e, portanto, ineficaz demonstrando a falta de aprimoramento profissional (BARREIRA, 2016).

Rosenbaum (2002) afirma ser essa uma época desafiadora no mundo do policiamento, há uma clara tentativa de se repensar e reestruturar o papel da polícia. Para o autor não há uma fórmula simples para a reestruturação, mas permanece latente a necessidade de melhoria da segurança pública. Há um debate sobre o papel apropriado da polícia na sociedade. De forma direta se reconhece que o trabalho prioritário é o de controlar e prevenir o crime, incluindo a detenção, através

da patrulha preventiva ou prisão, incapacitação e reabilitação. Essa abordagem é classificada como tradicional. Essa mesma visão é compartilhada por Poncioni (2007) que a denomina de “modelo de polícia profissional tradicional”, um modelo⁶ que ao dar ênfase no controle do crime negligencia outras demandas, pois se baseia em uma estratégia exclusivamente reativa.

Os estudos recentes apontam para a inclusão de um trabalho de contenção da desordem, pois há nos contextos urbanos, problemas “suaves” e “duros”, entendendo que há uma interligação entre os dois. Reconhece-se nas novas abordagens evidências de que o fracasso em atender os problemas suaves vai exacerbar os crimes graves, pois a manutenção da ordem pública pode ser mais eficaz, eficiente e único meio de policiamento nas áreas urbanas. A desordem estimula o medo e metamorfoseia a dinâmica social, gerando comportamentos sociais de reclusão voluntária, fazendo com que os indivíduos evitem as áreas públicas. Assim, o autor adverte que “[...] ‘proteção’ é um elemento crítico das teorias de oportunidades de crimes” (ROSENBAUM, 2002, p.35-36).

Johnston (2002) afirma que existem muitas tentativas de definir funcionalmente o trabalho policial, a saber: policiamento repressivo, de serviço social e de manutenção da ordem, podendo tais funções serem desempenhadas de forma mais ou menos reativa ou proativa. O autor destaca que a complexificação da atividade policial leva a uma tentativa de fundir a descrição do que faz a polícia com a prescrição do que deveria fazer, levando a uma declaração de Bittner (1980 apud JOHNSTON, 2012, p. 247) “a função da polícia consiste em ‘lidar com todas as espécies de problemas’ tendo à sua disposição um poder legítimo do uso da força”. Tal posicionamento invoca um conceito de policiamento no qual o policial é a personificação do monopólio do Estado para a legitimidade do uso da força. Para desconstruir esse posicionamento cita Spitzer (1987 apud 2002, JOHNSTON, p.

⁶ Na literatura especializada produzida pelas ciências sociais, pode-se encontrar uma enorme quantidade de modelos atribuídos à polícia: modelo “paramilitar”, “burocrático-militar”, modelo de aplicação da lei (“*law enforcement*”), modelo de “serviço”, modelo de “polícia comunitária” (“*community policing*”), entre outros. Vale salientar que não há modelos policiais puros, unidimensionais, como também não há práticas policiais genuínas e que envolvam uma só dimensão. Um modelo constitui um quadro de referência analítico, que apresenta um conjunto coeso de argumentos acerca do papel, das funções e da missão da polícia, da filosofia de trabalho, da política administrativa adotada e das estratégias e táticas operacionais concebidas pela organização para moldar o comportamento policial numa determinada sociedade, num dado momento histórico (PONCIONI, 2005, p. 589).

247) “[...] policiamento consiste em uma série de práticas através das quais alguma garantia de segurança possa ser dada aos sujeitos”.

Ao olhar a perspectiva individual as atividades centrais do trabalho policial centram-se na patrulha, levando a uma dificuldade em qualificar a qualidade do trabalho do policial. Reiner (2004) diz que as funções do policial são difusas e que as operações na rua estão sujeitas a baixa visibilidade dos supervisores e confronto com o perigo, levando a decisões tomadas no calor da hora. Há aí um caráter inerentemente conflitante na maioria das intervenções policiais, faltando visibilidade e clareza em relação ao seu resultado.

A baixa visibilidade não seria tão importante se a maior parte do trabalho policial fosse claramente definido, visível, e seus resultados ou produtos mensuráveis. Entretanto, muito dos aspectos discutíveis, mas cruciais do trabalho policial, por bem ou por mal, dizem respeito a questões de processo e não de produto, como a tarefa foi feita, mas do que qual foi o resultado visível (REINER, 2004, p.88).

Avaliações da qualidade do trabalho policial devem basear-se em avaliações do processo, mais do que em seu resultado ou produto. Deve ser avaliado em relação aos objetivos particulares e critérios de sucesso. Tal direcionamento passa a demandar novas formas de formação para a força policial.

Ao buscar entender sobre formação [capacitação] policial é comum, segundo Teixeira (2012) encontrar a utilização dos termos “ensino” e “instrução”. A denominação “ensino” vincula-se ao esforço e aperfeiçoamento dos quadros, já a denominação “instrução” refere-se ao esforço organizacional para preparar os quadros para a realização de tarefas consideradas necessárias para o contexto histórico. A “instrução” é o primeiro instrumento de capacitação em novas técnicas e difusão de novas práticas. Na “instrução” cabe desde a preleção (palestras realizadas antes das atividades diárias) a cursos de especialização. A educação formal visa preparar os policiais com competências que possam ser aplicados na atuação profissional (PONCIONI, 2007).

No Brasil a crescente criminalidade, a partir de meados dos anos de 1970, aponta para o agravamento, nas décadas posteriores, dos crimes urbanos violentos. Tal crescimento evidencia a falha no sistema judicial, bem como a ineficácia das

polícias. Segundo Poncioni (2007, p. 24) “[...] a ineficácia da polícia brasileira traduz-se não só pelas limitações do modelo [...], como se reveste de aspectos suplementares relacionados a um padrão de atuação predominantemente violento e arbitrário”. Tal constatação implica na demanda por profissionalismo, concepção aventada por estudiosos na área de segurança pública, autoridades, formuladores de políticas públicas e sociedade civil. A autora aponta dois desafios para a qualificação da força policial nos processos formativos. São eles: a) incremento dos recursos humanos; e b) a organização da formação profissional.

Em relação ao incremento dos recursos humanos, Poncioni (2007) destaca a necessidade de maior qualificação docente e de material bibliográfico atualizado, bem como infraestrutura adequada, o que demanda disponibilização de maiores recursos para as academias e centros de ensino. Quando aborda a organização da formação profissional, as questões se avolumam e a autora aponta: discussão sobre os modelos policiais profissionais e suas implicações; elaboração de indicadores de avaliação dos programas e projetos de formação e aperfeiçoamento profissional do policial; articulação do conhecimento teórico com as experiências práticas nos processos formativos; integração do ensino policial, civil e militar, respeitando as especificidades; garantia de formação continuada; implementação de interdisciplinaridade como eixo curricular dos programas e projetos de formação e aperfeiçoamento profissional do policial, a fim de transmitir e sedimentar conhecimentos, habilidades e valores que permitam o manejo adequado e o desempenho eficiente e eficaz das ações cotidianas da polícia; e execução plena dos programas e projetos de formação e aperfeiçoamento profissional do policial elaborado com base no documento que compreende as diretrizes curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança pública (Matriz SENASP).

Esta pesquisa reconhece todos os desafios apontados por Poncioni (2007), entretanto busca, nessa etapa, abordar os aspectos que contribuem para o desenvolvimento das competências e as diretrizes curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança pública [Matriz SENASP], dois últimos aspectos do desafio da organização da formação profissional apontados por Poncioni (2007). Isso não implica em considerar o incremento dos recursos humanos, pois tal desafio deve ser superado à medida que os dois últimos aspectos se transformem.

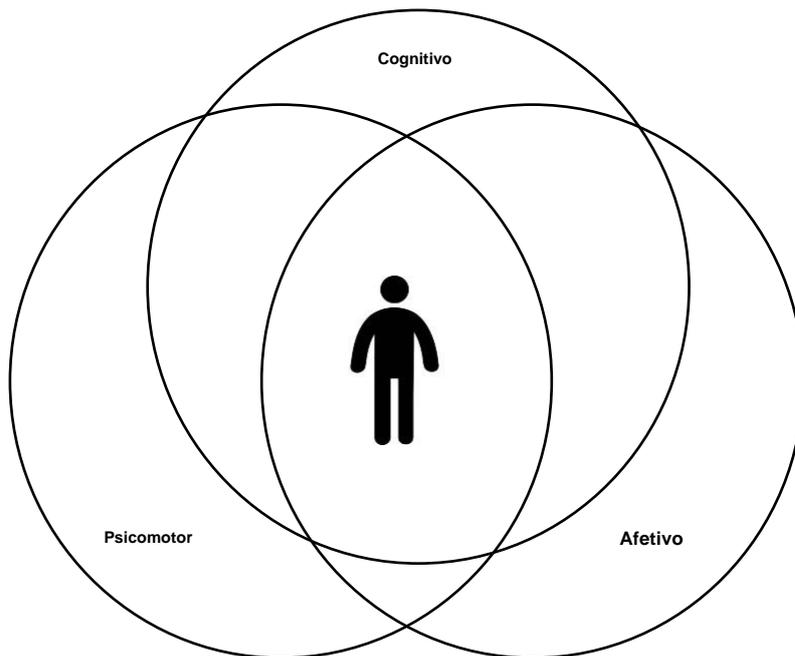
4.2 ASPECTOS QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS

A competência segundo Abbad e Borges-Andrade (2004) pode ser interpretada “como a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHAs) que um indivíduo mobiliza para alcançar um determinado propósito no trabalho” ou ainda como “capacidade individual de gerar resultados de acordo com objetivos organizacionais ou ocupacionais” (ABBAD E BORGES-ANDRADE, 2004, p.241) já para Fleury e Fleury (2001, p.185) o conceito de competência é um:

[...] conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos, que o indivíduo detém. Embora o foco de análise seja o indivíduo, a maioria dos autores americanos sinalizam a importância de se alinharem as competências às necessidades estabelecidas pelos cargos, ou posições existentes nas organizações.

O tipo do processo de formação e do processo de aprendizagem que um profissional passa é que permite o desenvolvimento de CHAs e que vão resultar no seu desempenho competente, podem ser pensados através do que Abbad e Borges-Andrade (2004) chamam de taxinomias. Os autores afirmam que o termo taxinomias tem origem grega e “se refere a um sistema de classificação de eventos ou entidades em grupos ou categorias específicas” e “baseia-se em princípios integradores que possibilitam a hierarquização de seus componentes”. Bloom e seus colaboradores (1972; 1974 apud e BORGES-ANDRADE, 2004), dentre outros autores, elaboraram taxinomias de objetivos educacionais (TOE). A taxonomia de Bloom segue apresentada a seguir.

Figura 1 - Domínios da aprendizagem de Bloom.



Fonte: Abbad e Borges-Andrade (2004)

Bloom e seus colaboradores desenvolveram uma TOE que ficou conhecida como Taxinomia de Bloom. Esta TOE foi construída segundo Abbad e Borges-Andrade (2004) analisando “objetivos educacionais de escolas e de universidades e literatura especializada” e categoriza três resultados de aprendizagem que embora se relacionem podem ser também percebidos de forma independente nas ações humanas – cognitivo, afetivo e psicomotor.

Os objetivos cognitivos são aqueles que enfatizam recordações ou resoluções de determinadas tarefas no campo intelectual, enquanto a dos objetivos afetivos consiste no que é demonstrado através da iniciativa, valores, estima e disposições emocionais perante o que foi aprendido; os objetivos psicomotores, por sua vez, são “[...] as ações motoras ou musculares envolvidas na manipulação de materiais, objetos ou substâncias”. (ABBAD E BORGES-ANDRADE, 2004, p. 246 - 247).

A divisão de resultados de aprendizagem da Taxinomia de Bloom de acordo com Abbad e Borges-Andrade (2004, p. 247) “é uma abstração e não quer dizer que um indivíduo possa pensar sem sentir, sentir sem pensar, agir sem sentir ou agir sem pensar. Toda a ação humana envolve os três domínios”.

Cada taxinomia proposta por Bloom é composta por outras categorias, conforme o Quadro 4, apresentado a seguir. O domínio afetivo está relacionado com valores (que são definidos por Abbad e Borges-Andrade (2004) como um princípio, ideal orientador das ações de uma pessoa) e a incorporação do mesmo na vida de uma pessoa ocorre em níveis que vão desde o seu acolhimento até a prática constante do mesmo perante diversas situações, tais níveis são as categorias do citado domínio; O domínio psicomotor é um domínio que é mais presente nos cursos realizados em instituições militares ou que exijam um domínio de movimentos mais precisos como extração dentária, pilotagem de avião ou prática esportiva.

Quadro 4 – Categorias dos domínios das Taxinomias de Bloom e suas características.

DOMÍNIOS	CATEGORIAS DO DOMÍNIO	CARACTERÍSTICAS
COGNITIVO	CONHECIMENTO	<i>Capacidade de evocar informações sem necessariamente saber utilizá-las.</i>
	COMPREENSÃO	<i>Capacidade de elaboração de material ou da informação original, ampliando ou resumindo o seu conteúdo, não esperando, porém, uma análise de princípios ou conclusão.</i>
	APLICAÇÃO	<i>Capacidade do uso correto de informação genérica em uma nova situação. Aqui o aprendiz usará algo que conhece, compreende, porém em uma situação desconhecida.</i>
	ANÁLISE	<i>Capacidade de identificar as partes que compõem um material ou informação, notar os princípios que gerenciam o elo entre elas e sua inter-relação.</i>
	SÍNTESE	<i>Capacidade de produzir novos materiais a partir de outros e das informações originais de algo já estudado.</i>
	AVALIAÇÃO	<i>Categoria mais complexa na qual o aprendiz será capaz de confrontar uma informação, ideia, produto com um critério ou conjunto de critérios internos ou externos ao objeto.</i>
AFETIVO	RECEPTIVIDADE	<i>Grau de atenção do aprendiz perante determinado valor.</i>
	RESPOSTA	<i>Identificação de uma ação do aprendiz sobre o estímulo afetivo.</i>
	VALORIZAÇÃO	<i>Internalização de um valor transmitido através da formação pelo aprendiz.</i>
	ORGANIZAÇÃO	<i>Reelaboração de atitudes e crenças pessoais a partir do confronto de valores novos aprendidos na formação e antigos valores.</i>
	CARACTERIZAÇÃO	<i>O novo valor é incorporado ao seu comportamento. Tal categoria é a mais complexa por ser alcançada somente através da prática perante situações diversas fora das escolas e universidades.</i>
PSICOMOTOR	PERCEPÇÃO	<i>Processo onde ocorre a observação por parte do aprendiz dos movimentos, conexões e consequência da ação que terá que executar.</i>
	POSICIONAMENTO	<i>O aprendiz ajusta seu corpo para futura execução de movimento. Ocorre também o ajuste do</i>

		<i>ambiente onde os movimentos serão feitos.</i>
	EXECUÇÃO ACOMPANHADA	<i>Sob a insegurança do aprendiz o movimento é realizado com dependência de orientações.</i>
	MECANIZAÇÃO	<i>Nesta categoria o aprendiz executa de forma quase sem e sem a precisão de auxílio.</i>
	DOMÍNIO COMPLETO	<i>Execução mecânica, independente e sem erro.</i>

Fonte: Elaboração própria (2017), baseado em Abbad e Borges-Andrade (2004).

Embora todos os três domínios sejam amplamente discutidos e divulgados (cognitivo, afetivo e psicomotor), o domínio cognitivo é o mais conhecido e utilizado. A taxonomia é utilizada para “a classificação de objetivos curriculares e para descrever o resultado de aprendizagem em termos de conteúdo e discussão do que deve ser realizado com o conteúdo assimilado (Driscoll, 2000 apud FERRAZ; BELHOT, 2010, p. 424).

Para Abbad e Borges-Andrade (2004) o alcance da competência ou do desempenho exemplar está condicionado a diversos fatores e sobre isso afirmam que:

São condições necessárias ao desempenho competente: os conhecimentos essenciais à aquisição de CHAs (saber “o que e como”, saber “fazer” e saber “ser”), a motivação (“querer” fazer e as condições ambientais adequadas (“poder” fazer) para adquirir, reter e aplicar novos CHAs em diferentes situações e contextos. (ABBAD E BORGES-ANDRADE, 2004, p. 256)

Estes autores, afirmam ainda que “As pessoas precisam saber fazer e querer fazer a tarefa de acordo com certo padrão de excelência. Necessitam também de suporte organizacional para executar o trabalho”. (ABBAD E BORGES-ANDRADE, 2004, p. 256)

O desempenho de um profissional é significado através dos conhecimentos, habilidades e atitudes que este possui juntamente com as suas capacidades, motivação de realizar algo e ainda as condições para que a determinada atividade seja realizada. Um exemplo disto é um policial que vai realizar uma abordagem e para o desempenho desta precisa querer realizá-la, ter os conhecimentos técnicos para tal e instrumentos como viatura e a proteção fornecida pela presença de outros policiais. A realização de uma tarefa em ambientes de trabalho por um profissional relaciona “o quê, como, onde, quando, para que e com que padrões”.

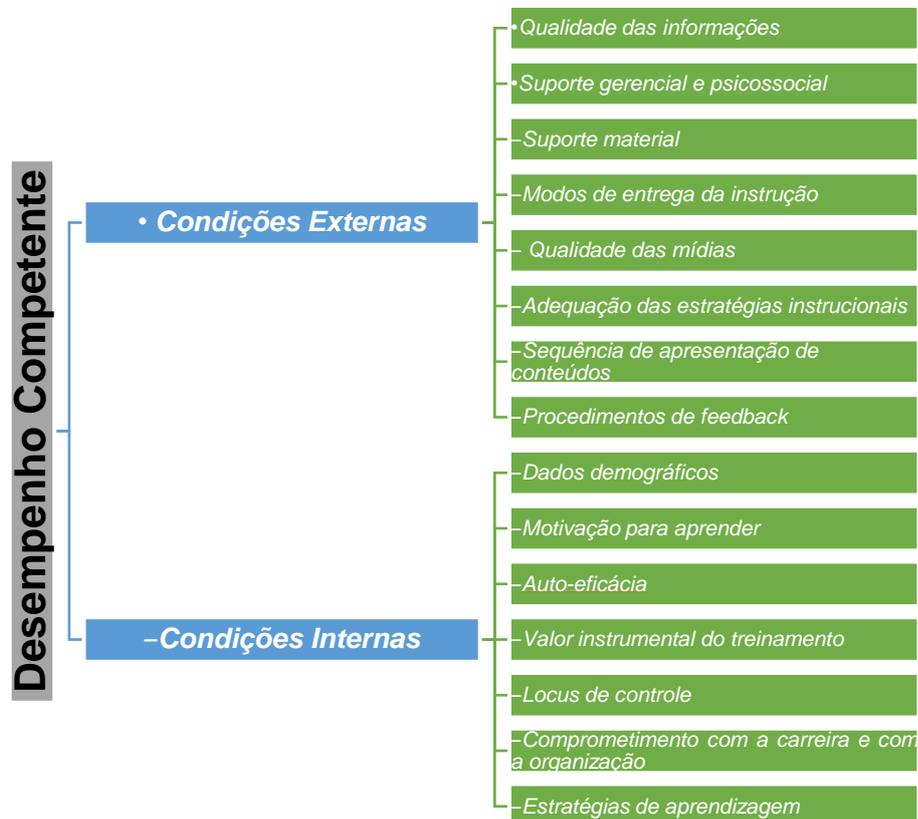
Os fatores necessários para o desempenho competente, considerando os indivíduos que integram processos cognitivos, podem ser agrupados em categorias de

condições internas e condições externas à aprendizagem das CHAs. As condições internas de aprendizagem são ainda divididas em natural e induzidas.

As condições externas à aprendizagem induzida dizem respeito aos eventos instrucionais planejados para facilitar a aprendizagem. Os treinamentos “T”, em ambientes organizacionais desenvolvem intencionalmente os CHAs necessários ao desempenho exemplar (relacionado a metas organizacionais), por meio do planejamento e execução de eventos instrucionais, que propiciam as condições necessárias à aprendizagem e à transferência. Atividades de desenvolvimento (D) também podem fazer isso, mas dependem das escolhas dos indivíduos, pois estão relacionadas à autogestão da aprendizagem nas organizações e a metas de desenvolvimento de carreira desses indivíduos. O mesmo pode fazer a educação (E), mas neste caso a escolha dependerá de muitos elementos, desde o próprio indivíduo, se for adulto, até seus professores, pais e demais agentes que tomam decisões educacionais na sociedade, pois Educação está relacionada a metas de formação do cidadão. (ABBAD; BORGES-ANDRADE, 2004, p. 257).

As condições internas relacionam sexo, idade e escolaridade (características demográficas), cognitivas e as motivações dos aprendizes. Variáveis das organizações, o processo de ensino que influenciam a aprendizagem e a transferência compõe as condições externas (Figura 2).

Figura 2 - Condições externas e internas à aprendizagem e ao desempenho competente.



Fonte: Abbad e Borges-Andrade (2004)

O uso adequado dos eventos instrucionais, das formações profissionais se realizados de forma adequada podem tornar os mesmos uma ferramenta para aquisição de CHAs e consequentemente do desempenho competente.

O processo de aprendizagem além das condições já expostas também são influenciados pelas características individuais de cada aprendiz. A Abordagem *Aptitude-Treatment Interaction* (ATI) considera a importância da individualidade de cada ator e como consequência se conclui que um mesmo Treinamento Desenvolvimento e Educação (TD&E) (*treatment*) dificilmente terá distintos resultados condicionado a características como: motivação, auto eficácia, valor instrumental, *locus* de controle, comprometimento com a carreira e com a organização e, por fim, as estratégias de aprendizagem. Todos descritos no quadro 5 que foi construído tendo como referência os autores Abbad e Borges-Andrade (2004).

Quadro 5 - Características individuais que influenciam na aprendizagem

CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS	DESCRIÇÕES
MOTIVAÇÃO	Direção, esforço, intensidade e persistência de engajamento do indivíduo em atividades voltadas para aprendizagem.
AUTO EFICÁCIA	Auto avaliação do nível ou tipo de desempenho que um indivíduo pode alcançar em uma determinada situação podendo ser mediado pelo conhecimento adquirido em experiências similares
VALOR INSTRUMENTAL DO TREINAMENTO	Crença do indivíduo de que as habilidades por ele adquiridas em um curso serão úteis para atingir recompensas de várias naturezas, levando em conta a importância que o indivíduo atribui a cada recompensa.
LOCUS DE CONTROLE	É um traço de personalidade estável capaz afetar a motivação individual e a habilidade de aprender. É subdividida em <i>locus</i> de controle interno (atribuição dos resultados de seu trabalho ao seu próprio comportamento) e <i>locus</i> de controle externo (atribuição dos resultados de seu trabalho a fatos que estariam fora do seu controle pessoal. Existe a suposição de que as pessoas que possuem <i>locus</i> de controle interno por achar que a aprendizagem estaria sob seu controle, teria maior motivação para aprender e aprenderia novas habilidades mais facilmente do que um indivíduo com <i>locus externo</i> .
COMPROMETIMENTO COM A CARREIRA E COM A ORGANIZAÇÃO	Grau em que o trabalhador respectivamente compartilha os valores e objetivos de sua organização de trabalho ou de sua carreira, está disposto a defendê-la e nelas pretende permanecer.
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM	Atividades de processamento de informações, usadas pelos aprendizes no momento da codificação, com a finalidade de facilitar a aquisição, armazenagem e subsequente recuperação da informação apreendida.

Fonte: OLIVA JÚNIOR; MATTOS; OLIVEIRA, 2015, p. 74.

O desempenho competente de um profissional está relacionado ao processo de formação pelo qual o mesmo passa, tal compreensão foi o que motivou o presente estudo a respeito da contribuição do CFOPM para seus egressos. Tal processo, por sua vez, pode ser estudado nesse âmbito através das taxinomias de Bloom e considerando os aqui citados as condições internas e externas de aprendizagem juntamente com as características individuais de cada aprendiz.

4.3 MATRIZ CURRICULAR SENASP

Poncioni (2004; 2008; 2009 apud PONCIONI, 2012) diz que as iniciativas do Governo Federal e de alguns governos estaduais para o estabelecimento de uma maior qualidade do ensino na formação e aperfeiçoamento profissional do policial apresentam fragilidades neste sistema de ensino e especificamente, pois a referida formação policial ainda carece de um amplo e sistemático debate sobre os modelos e as estratégias necessárias à transmissão e sedimentação de conhecimentos, valores e comportamentos para nortear a atuação dos operadores de segurança pública. Encontram-se algumas importantes mudanças e algumas proposições mantiveram-se em destaque, como a capacitação para profissionalização da polícia, sendo incorporada em diversas iniciativas da SENASP.

A Matriz Curricular Nacional (MCN) foi apresentada pela primeira vez em 2003 como ferramenta de estímulo há ações formativas no contexto de proposta de criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Após uma ampliação da primeira versão, no ano de 2009 a MCN foi publicada em sua versão ampliada e revisada contendo orientações referenciais para formação dos profissionais de segurança pública.

A versão de 2014, publicada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), difere das demais por apresentar a) as competências profissionais a partir do perfil profissiográfico, que será melhor explicado no decorrer do texto, b) malha curricular para policiais militares, civis e bombeiros militares, c) recomendação

de carga horária e d) diretrizes pedagógicas atualizadas que visam auxiliar a implantação dos direcionamentos contidos no material.

As ações formativas da área de segurança pública apresentadas na MCN têm como objetivo geral:

[...] favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância. (SENASP, 2014, P. 40).

A Matriz Curricular Nacional consiste em uma ferramenta de padronização da formação dos profissionais de segurança pública de todo território nacional de abrangência estadual considerando a mobilização de competências cognitivas, atitudinais e operativas considerando princípio éticos, educacionais e didático-pedagógicos

Figura 3 – Eixos articuladores e áreas temáticas da matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública



Fonte: SENASP (2014)

A malha curricular apresentada pela MCN é baseada, em eixos articuladores – “conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas

discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional” – tendo como núcleo áreas temáticas – “espaço de conteúdos que deverão ser trabalhados pelas áreas de conhecimento, possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas instituições, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais.” (SENASP, 2014, P. 41 e 45).

O eixo “sujeito e as interações no contexto da segurança pública” considera o contexto social, pessoal e o ambiente no qual o profissional de segurança pública está inserido. O eixo a seguir, considerando sequência no sentido horário apresentado na figura 3 – sociedade, poder, Estado, espaço público e segurança pública – por sua vez, considera a sociedade na qual tais profissionais estão inseridas e irão atuar.

O eixo diversidade étnico-sociocultural, conflitos e segurança pública “trata do debate de questões voltadas à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural” e por fim, o eixo ética, cidadania, direitos humanos e segurança pública é o que

[...] visa estimular o desenvolvimento de conhecimentos, práticas e atitudes relativas à dimensão ética da existência, da prática profissional e da vida social, pela importância da reflexão sobre as articulações entre as diferentes noções de ética, cidadania e Direitos Humanos, bem como suas implicações nos diferentes aspectos da vida profissional e institucional no contexto das atividades de segurança pública e sobre os diversos conteúdos formativos, inclusive os de caráter técnico e operacional, buscando a tradução concreta de princípios e valores na prática cotidiana profissional. (SENASP, 2014, P. 43).

Cada uma das áreas temáticas que estão dentro do ciclo na figura 4 são referenciais para definição de conjuntos de disciplinas compondo duas malhas curriculares, sendo uma votada para as polícias militares e civis e outra para bombeiros militares.

Em síntese (figura 4), a MCN abrange as competências profissionais através das disciplinas que estão relacionadas a áreas temáticas e que por sua vez são determinados por eixos articuladores. Tais disciplinas são parte de um núcleo comum que busca “garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais em relação às necessidades, exigências e desafios da área de segurança pública e o

desenvolvimento das competências profissionais relativas à área de formação. ” (SENASP, 2014, p. 74).

Figura 4 – Matriz Curricular Nacional



Fonte: SENASP (2014)

A Matriz estabelece que a atuação das polícias “deve se pautar no aperfeiçoamento técnico e gerencial e no estabelecimento e/ou no aprofundamento do conteúdo democrático de práticas e rotinas capazes de promover avanços para o controle do crime e a redução da violência” (PONCIONI, 2012, p.322).

Entretanto Luiz (2008) adverte que a formação é um processo contínuo de crescimento e aperfeiçoamento na busca da preparação de profissionais competentes que tenham, para além, responsabilidade com seu desempenho e desenvolvimento profissional, responsabilizando-se pela ação e poder. Isso implica em uma transformação das capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes. Deve compreender a força policial, que as situações de trabalho e as práticas de segurança pública consolidam a identidade profissional e social.

O estabelecimento da Matriz é para Luiz (2008) e para Poncioni (2012) apenas uma etapa para a transformação dos processos formativos. Faz-se necessário que os

pressupostos elencados pela matriz sigam um planejamento qualificado, inserindo na sociedade profissionais mais bem preparados e capacitados. Assim, os desafios para a qualificação da força policial nos processos formativos - incremento dos recursos humanos e a organização da formação profissional – poderão ser melhor superados.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS: UMA AVALIAÇÃO DO CFOPM NA PMBA

Esse capítulo busca apresentar as diferentes percepções dos diferentes atores da PMBA em relação as contribuições do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia na atuação dos seus egressos. Inicialmente apresenta-se o processo formativo da força policial na PMBA, a seguir são apresentadas as percepções acerca da formação de oficiais na perspectiva da Coordenação e dos egressos do CFOPM.

5.1 POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E A FORMAÇÃO DA FORÇA POLICIAL NO CFOPM

A Polícia Militar da Bahia, que nem sempre teve este nome, foi criada por meio de decreto imperial do imperador Dom Pedro I, datado de 17 de fevereiro de 1825, na época chamada de Corpo de Polícia. Os objetivos de sua criação abrangiam desde suprir a necessidade da Coroa portuguesa de impedir invasões estrangeiras e também de uma força policial e militarizada capaz de conter conflitos que eram contra à dominação portuguesa.

Pires e Rodrigues (2014) afirmam “uma das maiores preocupações com a missão da Corporação que nascia em pleno século XIX era a conservação da ordem. Um estado difícil de alcançar em face da situação em que se encontrava a Bahia. ” (RODRIGUES; PIRES, 2014, p. 19)

A formação policial no estado da Bahia tem seu início em 1922, com a criação do então denominado Centro de Instrução (CI) que visava à formação, em um único local, dos integrantes do ciclo de praças, representados pelos cabos e sargentos, formando também os oficiais, ocupantes de postos hierarquicamente superiores aos anteriormente descritos (PMBA, 2016).

Apenas em 1935, a formação dos oficiais e praças da PMBA seria separada, ocorre somente com a criação do Centro de Instrução (CI), que se ocupou exclusivamente da formação dos oficiais, embora ambos os núcleos de formação ainda

funcionassem de uma forma geminada, inclusive, nas mesmas instalações, onde hoje se localiza a Vila Policial Militar do Bonfim (VPMB) (PMBA, 2016).

Com o desenvolvimento natural dos modelos de formação de ambos os cursos, a fim de atender as necessidades da Polícia Militar (PM) perante a sociedade, em 21 de dezembro de 1957 os centros finalmente se desvincularam, permanecendo o Centro de Instrução (CI), responsável pela formação dos oficiais e a Escola de Formação de Graduados e Soldados (EFGS), incumbida da formação de praças (PMBA, 2016).

A Escola de Formação de Graduados e Soldados consolidou-se e a partir de 1959 constituiu-se em um centro de ensino técnico-profissional com sede independente, ainda que instalada no complexo de edificações da Vila Policial Militar do Bonfim (VPMB), sendo denominada de Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados (EsFAG), que mais tarde em 1976, seria denominada de Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), nos moldes que até hoje vigoram para formação de praças.

A formação de oficiais, sobre a qual se concentra o interesse do presente estudo, fora iniciada primordialmente nos moldes do Centro de Instrução, que também se encarregava da formação dos integrantes do ciclo de praças (soldados e graduados), passando a manter seu fulcro unicamente na formação profissional dos oficiais, após várias mudanças em sua estrutura e denominação, tornando-se a Academia de Polícia Militar (APM), que hoje apresenta conformação de curso de graduação em nível superior, habilitando-os a desenvolver a filosofia institucional da Polícia Militar da Bahia (PMBA).

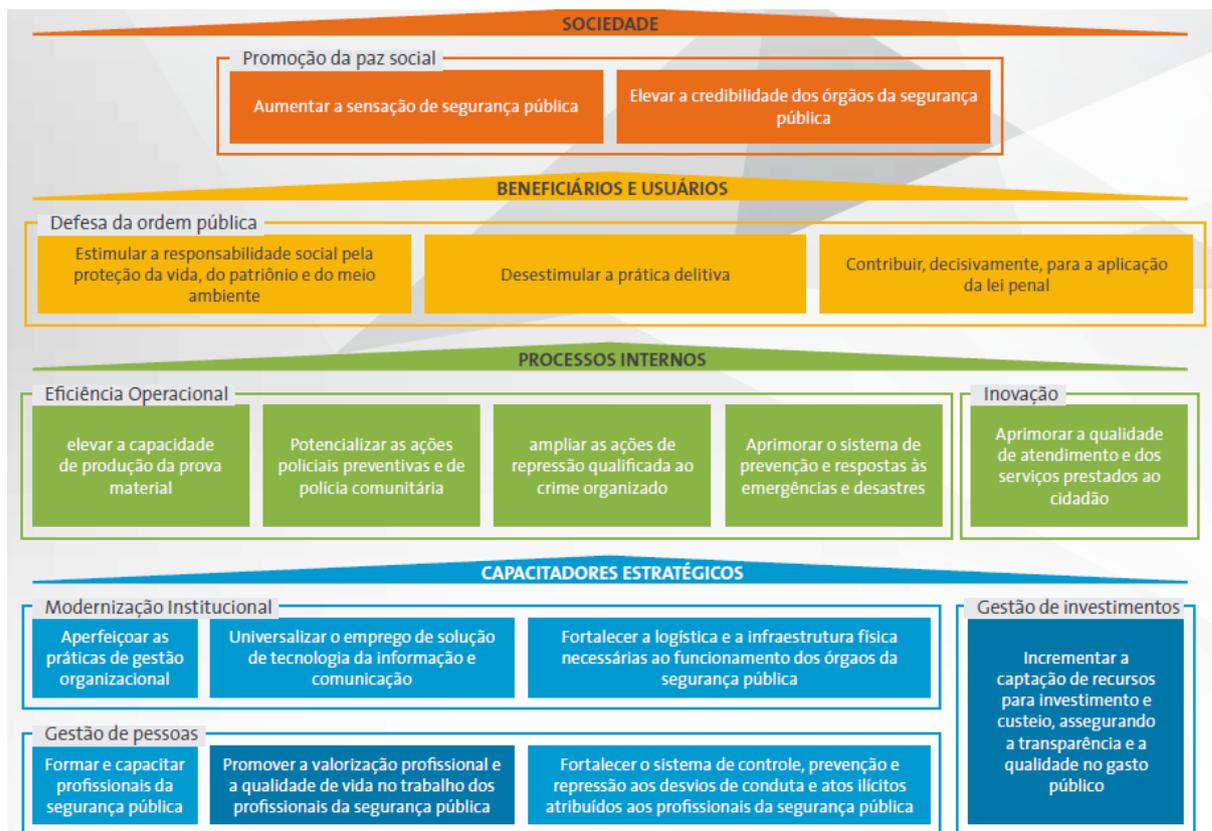
Além de conferir aos novos integrantes da carreira do oficialato uma formação correspondente à formação de nível superior equivalente às demais áreas do saber científico, assegura-se desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes (CHA) necessário ao desempenho eficiente das suas funções enquanto gestor, capacitado a exercer a direção, gestão ou planejamento das ações relacionadas à Segurança Pública.

A formação dos oficiais da PMBA é tratada de duas formas como apontado por Teixeira (2012) – Ensino e Instrução. Em relação ao CFOPM, especificamente, há um enquadramento como atividade de ensino, destinada a desenvolver de forma

competente o oficial de forma que os egressos possam ter o competente no exercício nas atividades específicas.

Atualmente a formação é pauta do Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública elaborado pelo Governo da Bahia para a década 2016 – 2025 (conforme figura).

Figura 5 – Mapa Estratégico da Segurança Pública do Estado da Bahia



Fonte: PLANESP, 2017.

A formação e capacitação dos profissionais da segurança pública, onde se inclui os oficiais da PMBA, é um dos objetivos estratégicos da Secretária de Segurança Pública do Estado para cumprimento da missão de preservação a ordem pública e a incolumidade das pessoas e patrimônio.

A formação policial, no PLANESP-BA enquadra-se na perspectiva da inovação, no tema gestão de pessoa e dentre os seus fatores críticos é destacado o “planejar de forma integrada as ações de educação corporativa voltadas ao desenvolvimento de competências transversais governamentais, organizacionais e setoriais; individuais técnicas e gerenciais” (PLANESP, 2017).

O atual currículo do CFO constitui-se como ferramenta para alcance dos objetivos propostos no PLANESP-BA e também para oferta de um trabalho policial competente a sociedade.

5.1.1 Currículo do CFOPM

O currículo utilizado para o presente trabalho foi fornecido pela coordenação do CFO após solicitação via ofício e irá aqui ser brevemente explanado considerando os seus pontos mais importantes.

O currículo em vigor na APM traz no seu texto que a necessidade da sua criação surgiu “a partir de depoimentos das experiências vivenciadas pelos Aspirantes-a-Oficial PM durante o Estágio Supervisionado, bem como dos respectivos questionários de avaliação” (PMBA, 2014).

Embora publicado no ano de 2014 o currículo que além de reger o CFO também garante aos seus concluintes o título de bacharel em Gestão de Segurança Pública e Defesa Social já havia sido aprovado no ano de 2009 e revisado no ano de 2011.

Considerando a aproximação da atuação dos cursos de gestão com a administração é apontado que além da Matriz Curricular Nacional foi utilizado também como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de bacharelado de administração.

No que tange a competência é entendido no currículo que este é o conjunto de saberes que leva a multidimensão de competências, habilidades e atitudes e destacam três tipos – profissional, laboral e ocupacional, conforme quadro a seguir.

Quadro 6 – Tipos de competências apresentadas no Currículo do CFOPM

COMPETÊNCIAS	CONCEITO
PROFISSIONAL	“Conjunto de capacidades, conhecimentos científicos, metodológicos e tecnológicos, habilidades, atitudes e valores próprios de uma profissão que permite a assimilação e desenvolvimento dos avanços científicos e tecnológicos nos campos de ação, na esfera de atuação de uma profissão, que responde às exigências do desenvolvimento de uma sociedade, dos objetivos e metas de uma organização ou entidade de trabalho e dos interesses e motivações individuais do profissional” (CARNEIRO, 2000, p.

	26).
LABORAL	“conjunto de capacidade, conhecimentos, habilidades e atitudes, valores éticos e morais requeridos para a obtenção de resultados eficazes no desempenho de uma atividade concreta, de acordo com os objetivos da organização ou entidade empreendedora e das aspirações motivacionais individuais do trabalhador”. (RODRIGUEZ e PADRON Apud CARNEIRO, 2000, p. 26);
OCUPACIONAL	“um conjunto de saberes postos em jogo pelos trabalhadores para resolver situações concretas de trabalho”. (WANIA R.C. GONZALEZ, 1999, Apud RODRIGUEZ, 1999, p.34)

Fonte: Elaboração própria (2017) adaptado de PMBA (2014).

O currículo do CFOPM é apresentado como um currículo de competência, sendo assim definido:

Modelo de currículo por competência tem como princípio a concepção de educação baseada em competências, onde se exige um enfoque integral, um vínculo muito estreito entre entidade laboral, a instituição educativa e a atenção individual ao sujeito que aprende, sendo este o foco do processo educativo, onde o aluno discute e reflete numa permanente descoberta, elabora, constrói o seu conhecimento no contexto sócio histórico concreto e avalia o seu desempenho de forma crítica, responsável e emancipadora (PMBA, 2014).

Considerando este modelo apresentado, os componentes curriculares foram selecionados buscando contemplar o conhecimento necessário para o aluno oficial adquirir as competências necessárias para o desempenho das funções de tenente e capitão alinhando a teoria e prática durante os quatro anos de formação considerando o seguinte objetivo geral:

Formar profissionais com elevado preparo intelectual, qualificados para o exercício técnico, profissional e científico das atividades gerenciais da Segurança Pública e Defesa Social, observando os aspectos jurídicos, ambientais, econômicos e sociais, com ênfase em: policiamento ostensivo (comunitário e de guardas), policiamento especializado (Choque e em biomas, Montado, Trânsito Urbano e Rodoviário, Ambiental e Bombeiro Militar) PMBA (2014).

Para além de tal objetivo que abrange todo o curso cada semestre apresenta um objetivo geral, uma temática central e objetivos específicos a serem contemplados pelos componentes curriculares do período e atividades que são organizadas para as seguintes dimensões: aprender a conhecer, aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a ser e saber fazer.

O quadro a seguir mostra os objetivos gerais e as temáticas centrais dos 3 anos iniciais do curso e em anexo pode-se encontrar as disciplinas que compõe tal período.

Quadro 7 – Objetivo geral e temática semestrais do CFOPM Bahia

SEMESTRE	OBJETIVO GERAL	TEMÁTICA
1º SEMESTRE	O presente período pretende vocacionar o aluno para a construção e compreensão dos estudos policiais, da psicomotricidade, história e funcionamento da Organização Policial Militar, baseando-se nas referências teóricas das ciências humanas, físicas e biológicas, da sistematização do pensamento crítico e reflexivo, aliado à esquematização e uso da linguagem oral e escrita.	A transição do cidadão-usuário do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social para o cidadão-profissional policial militar.
2º SEMESTRE	Este período tem a intenção de consolidar o aprendizado no semestre anterior, fomentando no aluno-oficial, a compreensão e entendimento dos conceitos, teorias e processos da atividade policial e sua base legal, assim como, os fenômenos existentes na sociedade sobre o crime, a violência e os fatores intervenientes: econômicos, culturais e geo-históricos.	O cidadão Policial Militar, gestor de processos interativos com a sociedade e a Instituição.
3º SEMESTRE	Estudo das contribuições teóricas que objetivaram a compreensão científica e a decodificação da realidade numa perspectiva da administração organizacional: princípios, demandas e os mecanismos básicos de percepção destas.	O cidadão Policial Militar, e sua transição de gestor de processos interativos com a comunidade para gestor de equipes administrativas operacionais.
4º SEMESTRE	Estudo das contribuições teóricas, práticas e vivências que objetivaram a compreensão da construção científica e consolidação do modelo de Polícia comunitária, numa perspectiva de administração organizacional voltada para gestão de recursos humanos.	A consolidação do profissional gestor de equipes operacionais e administrativas.
5º SEMESTRE	Estudo das contribuições teóricas, práticas e vivências que objetivaram a abordagem científica dos estudos policiais e administrativos.	O profissional de Segurança Pública, como gestor de segurança pública e defesa social (tenente), numa perspectiva de especialização.
6º SEMESTRE	Consolidar os estudos policiais e de correlação com as políticas públicas de segurança.	O profissional de Segurança Pública, como gestor de segurança pública e Defesa Social (Capitão).

Fonte: Elaboração própria (2017) adaptado de PMBA (2014).

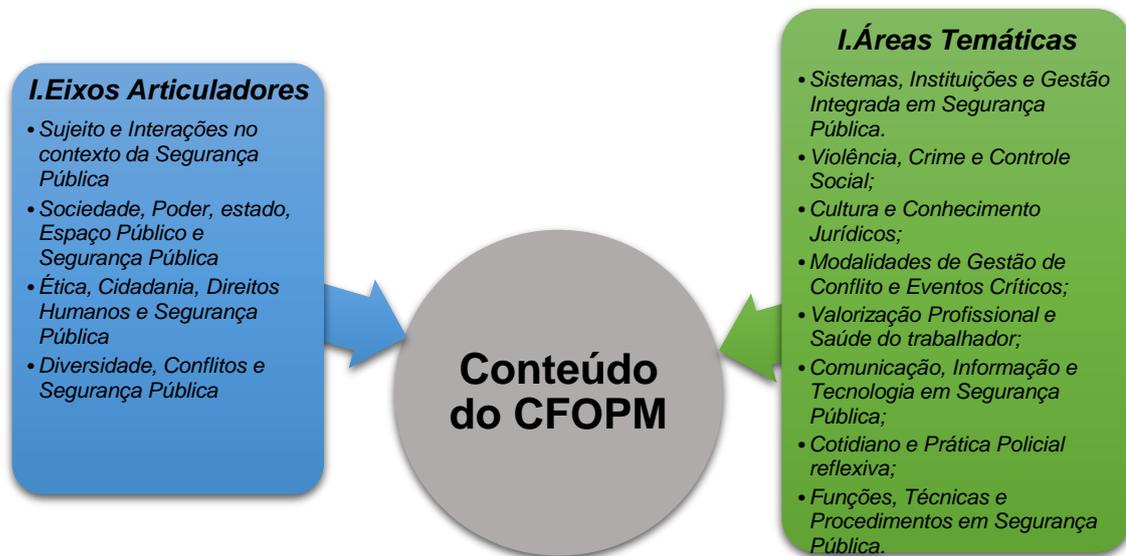
Encerrado o período de aulas na APM que compõe a primeira parte do Curso os oficiais em formação que devem ter apresentado um artigo científico seguindo as normas ABNT e com no mínimo 5 laudas acrescidos das referências, são declarados

aspirantes iniciando assim a 2ª parte do curso, os estágios avançados – cumprindo também o período mínimo de permanência em cada posto ou graduação que é de 12 meses.

Os estágios avançados totalizam uma carga horária de 1920 horas divididas em 40 horas semanais no período de 1 ano. A cada três meses o currículo prevê que o aspirante a oficial atuem em 4 áreas distintas, a saber: Festas Populares, Unidade Operacional da Capital e RMS, Unidades Especializadas, Unidade Operacional do Interior do Estado.

Todos os conteúdos abordados no curso têm como base eixos articuladores e áreas temáticas.

Figura 6 – Eixos articuladores e áreas temáticas do CFOPM



Fonte: Elaboração própria (2017) adaptado de PMBA (2014).

Os eixos buscam estruturar tais conteúdos comunicando o sentido político pedagógico dos mesmos. As áreas temáticas estão relacionadas aos eixos, são integrados entre si e “contemplam os conteúdos indispensáveis à formação do profissional de Segurança, devendo convergir para capacitá-lo para o exercício de suas atividades”. (PMBA, 2014).

A avaliação do CFO, conforme o que se encontra no seu currículo é composta por três fases – Avaliação Intelectual (conhecimento), Avaliação Procedimental (habilidades) e Avaliação Conceitual (atitudes) – sendo denominada de matriz curricular em movimento e tendo como objetivos diagnóstico “(conhecimento de

variáveis intervenientes), processual (subsídios para oportunização de ajustes e correções durante o processo) e de resultados (comparação com os propósitos e necessidades).” (PMBA, 2014).

5.2 FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA PERSPECTIVA DA COORDENAÇÃO DO CFOPM

Para esta fase do trabalho é apresentado aqui a contribuição do coordenador do CFO. O oficial representante da coordenação entrevistado é o Capitão (Cap.) Garrido Barbosa, que atualmente exerce a função de chefe da seção técnico-pedagógica e recurso educacionais. Para a condução da entrevista foi utilizado um roteiro semiestruturado [APÊNDICE A]. A entrevista foi gravada e a seguir transcrita para avaliação e análise.

A respeito do trabalho policial o entrevistado afirmou que o trabalho do policial militar é voltado para a comunidade, tendo vista a Segurança Pública, a manutenção da ordem pública e incolumidade das pessoas. Lembrou que nas últimas décadas o policiamento comunitário tem permeado tal trabalho ocasionando uma aproximação da polícia com a comunidade e mostrando a necessidade de um aporte tecnológico muito grande. Tal aporte não se resume a viaturas e guarnições nas ruas, envolve uma gama recursos em todos os processos administrativos, para que ocorra uma oferta de serviço da melhor forma possível sendo coerente com um bom planejamento operacional.

O posicionamento do Cap. Garrido em relação ao trabalho do policial já ultrapassa ao “modelo de polícia profissional tradicional” destacado por Poncioni (2007) e se aproxima do que apresenta Rosenbaum (2012) quando diz que a manutenção da ordem pública pode ser mais eficiente quando a força policial atua de modo a resolver os problemas “suaves”, evitando assim o agravamento do problema a instalação de um problema “duro”, que pode levar a uma crise. Pode-se ainda associar o seu posicionamento ao posicionamento de Johnston (2012) ao afirmar que o policiamento consiste em uma série de práticas que garantam a segurança da população.

A seguir, quando questionado sobre a contribuição do cronograma de formação [3 anos de estudo e 1 ano estágio] para o preparo do policial para sua atuação

qualificada no exercício das atividades específicas de aspirante a oficial, tenente e capitão, o Cap. Garrido afirmou que o mesmo prepara os oficiais nas atividades específicas de aspirante a oficial, tenente de forma satisfatória, entretanto, tal contribuição não é específica, mas sim generalista e fundamental, visto que a atividade policial é complexa e envolve nuances de cunho estratégico, político, operacional, geopolítico e econômico – na forma de emprego e na sua produtividade ocasionando então uma demanda a qual o curso não contempla em totalidade. Tal fato é considerado pelo Cap. Garrido como uma questão que deve ser avaliada e readaptada as demandas da sociedade que são dinâmicas.

O posicionamento do entrevistado remete ao posicionamento de Visacro (2009) quando diz que a Segurança Pública não pode ser abordada sob uma única ótica, pois merece uma análise multi-abordagem para a sua compreensão, o que envolve abordagens distintas. São elas: Socioeconômica; Comercial; Legal e Institucional. Assim também é o trabalho policial, já que este se insere nesse contexto maior [segurança pública nacional e estadual]. Isso justifica a adoção generalista apresentada pelo coordenador do CFO que destaca nuances de cunho estratégico, político, operacional, geopolítico e econômico como fundamentais, visto que a atividade policial é complexa. Há um reconhecimento das diretrizes do Estado, pois as alternativas para os modelos de ações e gestão de Segurança Pública incluem policiamento comunitário para trabalho preventivo; ações transversais das secretarias de estado, por exemplo: educação e segurança; diálogos setoriais; Planos plurianuais (PPA) - plano de médio prazo (quatro anos), que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal; fortalecimento da integração das ações; e melhoria das instituições e do sistema penitenciário. Tudo isso necessita ser incluído nos processos formativos da PMBA e são apontados na Matriz Curricular Nacional.

A Matriz Curricular Nacional é, na visão do entrevistado, o “norte” para construção do currículo do CFO da PMBA, sendo utilizada como se auto define – caminho a ser observado e tido como parâmetro. O entrevistado afirma que o currículo atual do curso adota as indicações da Matriz, tendo em sua composição eixos e áreas temáticas que são trabalhadas pelos conjuntos de componentes curriculares de forma interdisciplinar e transversal. A malha curricular da MCN é baseada, em eixos articuladores – “conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua

pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional” – tendo como núcleo áreas temáticas – “espaço de conteúdos que deverão ser trabalhados pelas áreas de conhecimento, possibilitando complementações que atendam às expectativas das carreiras” (SENASP, 2014) ”.

O Cap. Garrido aponta ações que podem colaborar para capacitação dos egressos oficiais. Uma das ações é a definições de condições impeditivas da conclusão do curso. Para o entrevistado o processo de formação deveria incluir o desempenho do estágio como avaliação que poderia ocasionar a não conclusão do curso. Outra mudança seria o ajuste da comunicação entre egressos e coordenação do CFO em prol de melhoras das ementas e planos de curso. O posicionamento do entrevistado reafirma o que diz Luiz (2008) e Poncioni (2012) – o estabelecimento da Matriz é apenas uma etapa para a transformação dos processos formativos. É necessário que os pressupostos elencados pela Matriz sigam um planejamento e execução qualificados, permitindo a inserção, na sociedade, de profissionais mais bem preparados e capacitados. É destacado que os desafios para a qualificação da força policial nos processos formativos demandam o incremento dos recursos humanos e a organização da formação profissional.

O entrevistado relata que os egressos durante o período como aspirantes fazem queixas a respeito do tempo de realização dos estágios considerando o mesmo insuficiente e limitante para obtenção de conhecimento das rotinas nas unidades, seja no âmbito administrativo ou operacional. O retorno dos egressos a respeito da formação ocorre em sua maioria durante o período do aspirantado, através do relatório de conclusão desta parte da formação do futuro oficial. Este método, porém, é frágil pois por vezes o feedback dos egressos formados a mais tempo não é captado, limitando assim a contribuição desse público a respeito da formação. Mais uma vez o posicionamento do entrevistado reforça a necessidade de incremento dos recursos humanos e a organização da formação profissional. Espera-se que o posicionamento da SSP-BA no PLANESP 2016-2025 - “planejar de forma integrada as ações de educação corporativa voltadas ao desenvolvimento de competências transversais governamentais, organizacionais e setoriais; individuais técnicas e gerenciais” possa ser atingido e que venha atenuar essa limitação da formação no CFOPM. (PLANESP, 2017).

Por fim, o Cap. Garrido faz uma relação entre o currículo e a MCN. A própria matriz aponta o perfil profissiográfico geral do futuro policial e este é trabalhado no aluno através das ementas dentro do eixo e áreas temáticas. Tal perfil é adotado pela formação da PMBA juntamente com o componente curricular Perfil Sócio Profissional Reflexivo (PSPR) que em cada semestre é trabalhado um nível de graduação. No primeiro semestre, em jornada pedagógica, realiza-se a transição do usuário da segurança pública para o agente da Segurança Pública; no segundo semestre, passará o perfil do executor, sabendo manusear uma tonfa, saber o que é um armamento, noções de direito e administração; no segundo ano, primeiro semestre, transição do soldado para o graduado, compreendendo o bom andamento da fração de tropa, cabedal de conhecimentos jurídicos mais balizado, controle emocional e no terceiro ano, primeiro semestre, trabalhado o perfil do tenente, observando o perfil profissiográfico indicado no currículo, acompanhando qual nível de conhecimento que o aluno já tem, realizando estágio administrativo, de comando e coordenação de Posto de Fiscalização de Trânsito (PFTran) como perfil do tenente; no segundo semestre do terceiro ano, será trabalhado o perfil do capitão, como noções de planejamento operacional e noções de gestão estratégica. Existe também um método de aprendizagem por resolução de problemas, balizamento para perceber a postura do oficial intermediário, com perfil necessário para chegar até capitão; através de PSPR, com método de resolução de problemas, exige que o aluno utilize todos os conteúdos para a resolução de problemas propostos.

Por fim, o entrevistado indica a importância da atualização bienal do currículo e da modificação dos processos avaliativos no que tange a obrigatoriedade de construção de notas em atividades complementares, como as JIM, JAAPAR e JIPOM – que congregam conhecimentos, conteúdos específicos, práticas policiais militares, jurídicos e administrativas, nos estágios em nível de aspirantado, sendo estas transformadas em notas. É indicado como de fundamental importância a obrigatoriedade dos estágios e jornadas como parte do processo avaliativo do CFOPM da Bahia.

Entende-se que ainda há muito a ser planejado e executado no âmbito da formação do CFOPM, pois faz-se necessário que os desafios postos sejam superados a partir do alinhamento da força policial. Há inúmeros óbices a serem transpostos cabendo uma formação que desenvolva conhecimentos, habilidades e atitudes alinhadas com os valores definidos para a força policial e apresentados no PLANESP 2016-2025,

que são: servir e proteger; respeito à vida, à cidadania e aos direitos humanos; honestidade; integração; coragem; aprimoramento técnico-profissional; ética; tradição; responsabilidade social; e tecnicidade. Ter uma força policial cônica dos valores organizacionais e atuante em prol de uma sociedade, faz com que prevaleça a sensação de segurança e a promoção da paz social.

5.3 FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CFOPM

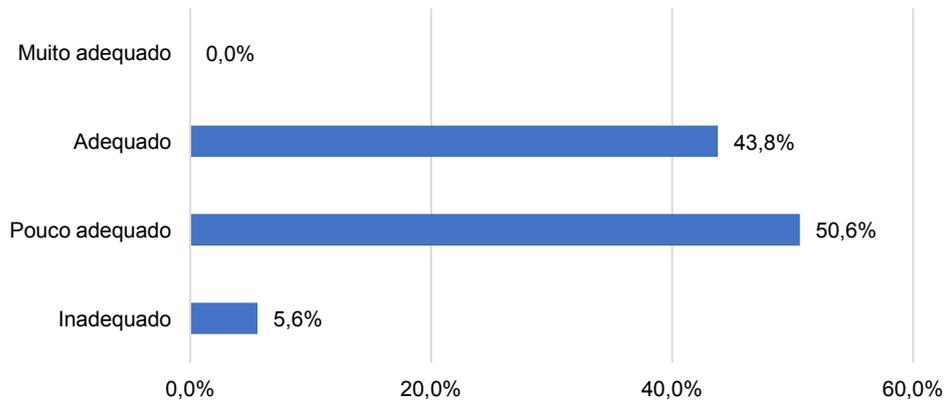
A formação da Força Policial, na percepção dos egressos, foi delineada a partir da pesquisa de campo com aplicação de questionário com os oficiais formandos entre os anos de 2011 e 2016.

O questionário foi dividido em quatro partes. A primeira tratou do perfil dos respondentes; a segunda o perfil do curso no âmbito da estrutura de funcionamento; a terceira abordou desempenho competente, sendo subdividida em condições internas e externas da aprendizagem; e a quarta e última seção abordou o trabalho policial.

Em relação ao perfil, utilizando-se o método de acessibilidade, obteve-se oitenta e nove (89) egressos respondentes. Deste total apenas 9% era do gênero feminino. A maioria dos respondentes possuíam entre 18 e 38 anos [94,4%], sendo 98,9% dos respondentes tenentes.

Ao buscar compreender a qualificação dos respondentes 76,4% afirmaram possuir ensino superior e 19,1% especialização. Vale lembrar que o CFO gradua os seus egressos como bacharéis em segurança pública e Defesa Social.

Na segunda seção do questionário – Perfil do Curso – foi inicialmente pedido aos respondentes que apontasse a percepção que tinha a respeito do nível de adequação de alguns fatores que compõe a estrutura do funcionamento do CFO PMBA.

Gráfico 1 – Currículo/Projeto Pedagógico

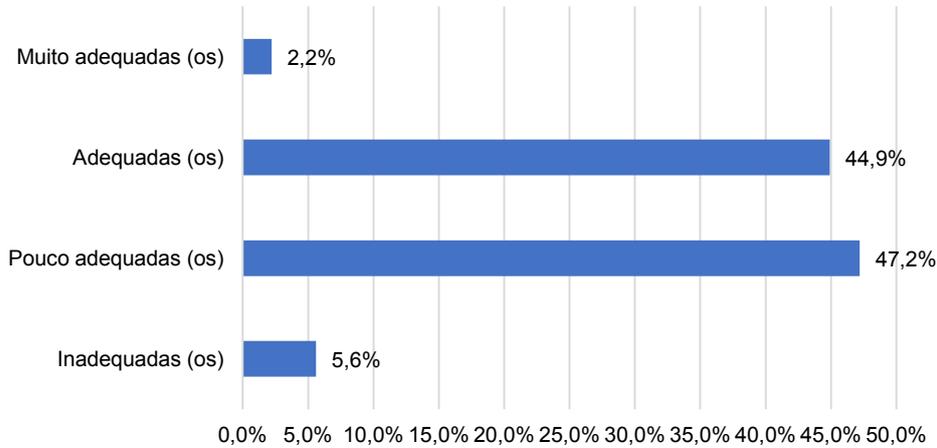
Fonte:Elaboração própria (2017)

O currículo e o projeto pedagógico foram avaliados. Para 50,6% dos respondentes foram apresentados como pouco adequado, conforme gráfico 1.

Moreira e Silva (2008, p. 7-8) afirma que “o currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades sociais e particulares”. O currículo sempre se constituirá como um elemento de promoção da manutenção do *status quo* que atenda a determinado grupo, segundo a dinâmica social.

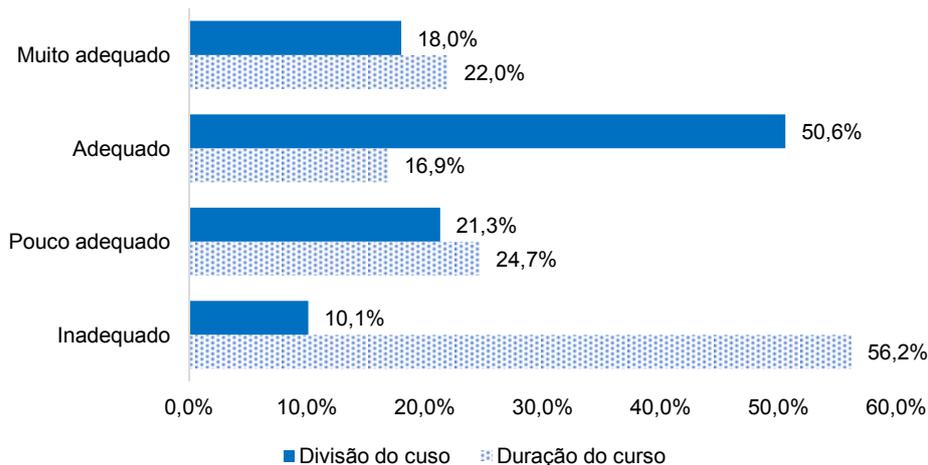
Ainda que não seja apontada uma aprovação significativa do currículo, há apenas 5,6% dos respondentes que avaliam o currículo como inadequado. Pires (2014) diz que o currículo é concebido como local de questionamento da experiência, tendo uma relação direta com o que se é, tem, crê e se faz. O currículo, para a sociedade, sempre estará direcionado axiologicamente a uma concepção de poder o que não é diferente para os egressos do CFOPM da Bahia.

Foi perguntado em seguida a percepção dos egressos sobre as disciplinas ofertadas no curso e o conteúdo que nelas são abordados, conforme o gráfico.

Gráfico 2 – Disciplinas ofertadas e conteúdos das mesmas

Fonte:Elaboração própria (2017)

A opinião dos entrevistados sobre as disciplinas ofertadas e os seus conteúdos se dividem, em sua maioria, entre pouco adequadas (47,2%) e adequadas (44,9%). Tal fato constitui-se um fator importante pois demonstra que o conteúdo e as disciplinas do curso não contempla com unicidade em sua maioria o considerado pelos egressos como importantes para sua atuação futura como oficial, entretanto, mais uma vez o nível de rejeição “inadequado” é baixo, com apenas 5,6%.

Gráfico 3 – Duração e divisão do Curso de Formação de Oficiais PMBA

Fonte: Elaboração própria (2017)

O curso que tem duração de 4 anos sendo dividido em 03 (três) anos de formação curricular na APM e 1 (um) ano de Aspirantado também foram variáveis avaliadas

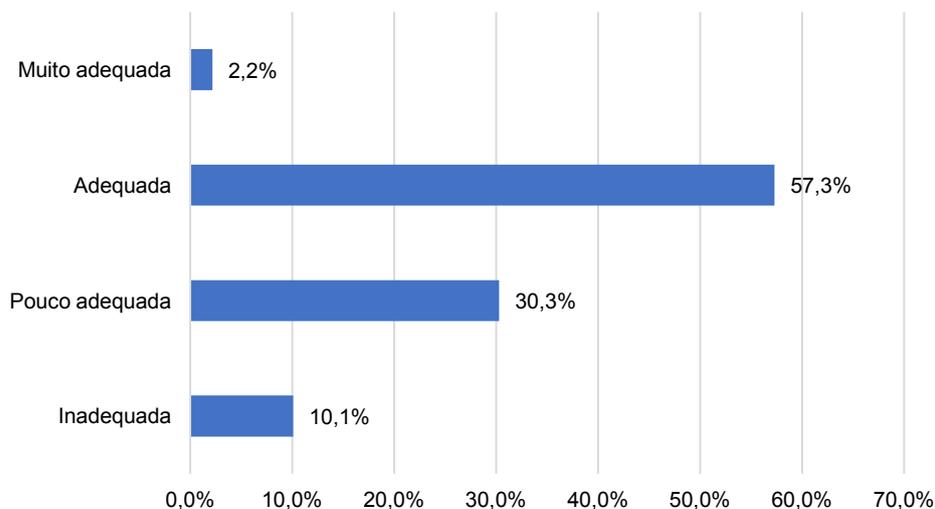
pelos egressos. Destes 56,2% consideram inadequado a duração e 50,6% consideraram adequado a estrutura de divisão dos conteúdos.

O conteúdo formativo inclui a seleção de componentes teóricas, práticas e comportamentais. Assim, os programas de ensino e treinamento profissional dos policiais envolvem a transmissão de valores, crenças, pressupostos, baseando-se nas diretrizes teóricas e metodológicas dos currículos oferecidos. Há aqui um ponto de atenção para o repensar da formação em nível de CFO.

Pode-se perceber que a formatação de desenvolvimento dos CHAs em três anos de formação na APM e um ano de estágio na atividade prática de policiamento atende a demanda dos egressos, entretanto o tempo de duração do curso sofre forte rejeição, com inadequação de 56,2%.

Para McLaren (1977, p. 216) a formação apresenta aspectos relevantes, enquanto resultados alcançados. Onde tudo que se ensina ou que se obtém enquanto aprendizado se encontra intimamente ligado ao perfil que se almeja como produto do referido processo, de ensino e aprendizagem, contemplando o perfil profissional do Oficial da Polícia Militar com os atributos necessários ao seu eficiente proceder na manutenção da ordem pública, valorizando a vida e a dignidade da pessoa humana.

Gráfico 4 – Carga horária do curso



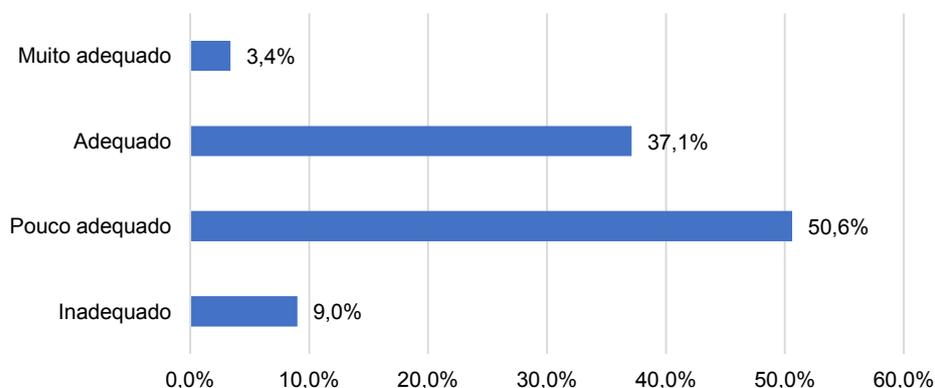
Fonte: Elaboração própria (2017)

Diante do questionamento sobre a carga horária de 1920 horas, esta foi considerada pela maioria dos respondentes como adequada.

Uma formação curta e descontinuada seria ineficaz para pautar as ações da força policial. Ter a carga horária reconhecida como adequada reduz a insatisfação em relação à formação do CFO.

O corpo docente do curso foi considerado predominantemente pelos egressos como pouco adequado (50,6%) ou inadequado (9%).

Gráfico 5 – Corpo docente



Fonte: Elaboração própria (2017)

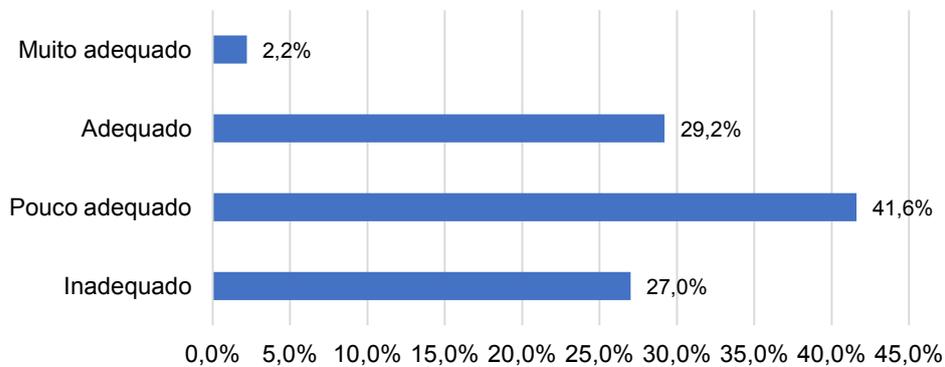
O corpo docente do curso está relacionado ao incremento dos recursos humanos, fato que Poncioni (2007) dá destaque em relação a necessidade de maior qualificação docente. Ter quase 60% de rejeição em relação ao corpo docente, também é um fator que merece avaliação cuidadosa, pois este é um elemento estruturante em um processo formativo.

O local das aulas é a Academia de Polícia Militar da Bahia. Local onde ocorrem quase que em sua totalidade as aulas teóricas e algumas práticas. Nesse caso foram consideradas por 68,6% dos respondentes como inadequado ou pouco adequado.

A infraestrutura adequada demanda disponibilização de maiores recursos para as academias e centros de ensino e esses recursos na atualidade são escassos e estão em franca dependência da implantação e execução de políticas públicas. O que se observa é uma dependência do alinhamento ao SUSP como condição para

acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Tal fato tem obrigado o Estado a uma submissão às metas e diretrizes da União (DIAS, 2010). Nesse caso e para atender essa demanda, na Bahia, foi instituído o Pacto Pela Vida - um programa de Estado, implantado em 2011 e que tem por objetivo principal a redução dos índices de violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida e contra o patrimônio (PACTOPELAVIDA, 2017). Apesar da mobilização de recursos, em função dos índices de criminalidade no estado, estima-se que ações emergenciais não tenham permitido, ainda, a implantação de melhorias na APM.

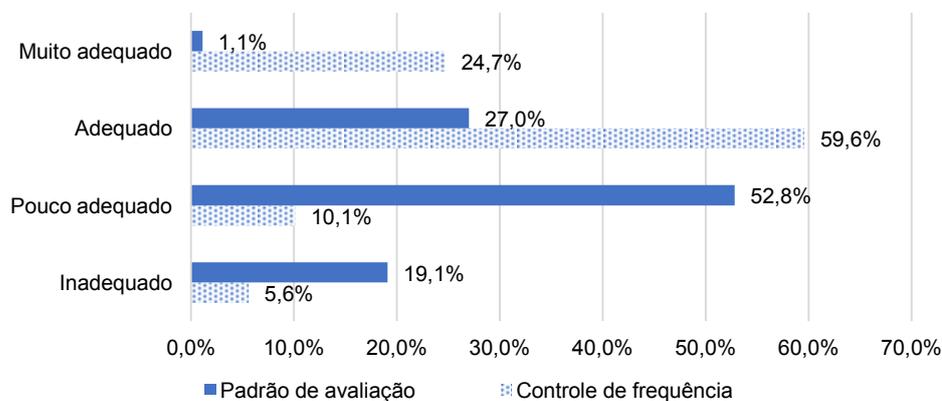
Gráfico 6 – Local das aulas



Fonte: Elaboração própria (2017)

O controle de frequência foi considerado por 84,3% dos egressos entrevistados como adequado e muito adequado, o padrão de avaliação, entretanto, foi considerado por 71,9% dos oficias como Inadequado ou pouco adequado.

Gráfico 7 – Controle de frequência e padrão de avaliação

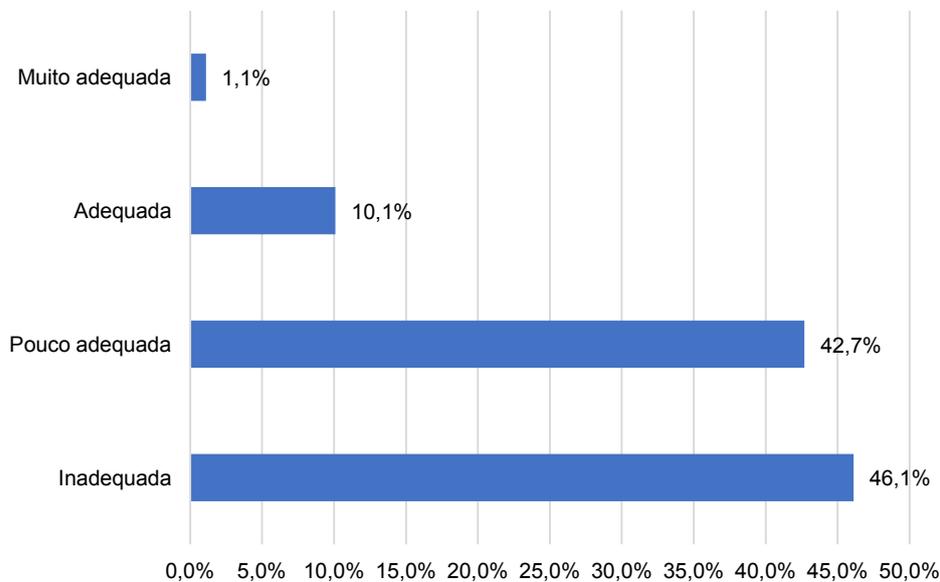


Fonte: Elaboração própria (2017)

Controle de frequência e padrão de avaliação são instrumentos de controle utilizados em contextos formativos e são sempre motivo de insatisfação na visão do corpo discente. Apesar de não haver nesse trabalho dados que levem a uma confirmação dessa informação, pode-se inferir que a aceitação aos padrões de controle de frequência [84,3%] pode estar vinculado ao tipo de formação, ou seja, formação militar, o que demanda maior aceitação aos controles internos.

O último questionamento feito nesta seção foi a respeito da realização de atividades no curso de pesquisa e extensão e 88,8% dos egressos respondentes percebem as mesmas como inadequadas ou pouco adequadas.

Gráfico 8 – Atividades de pesquisa e extensão



Fonte: Elaboração própria (2017)

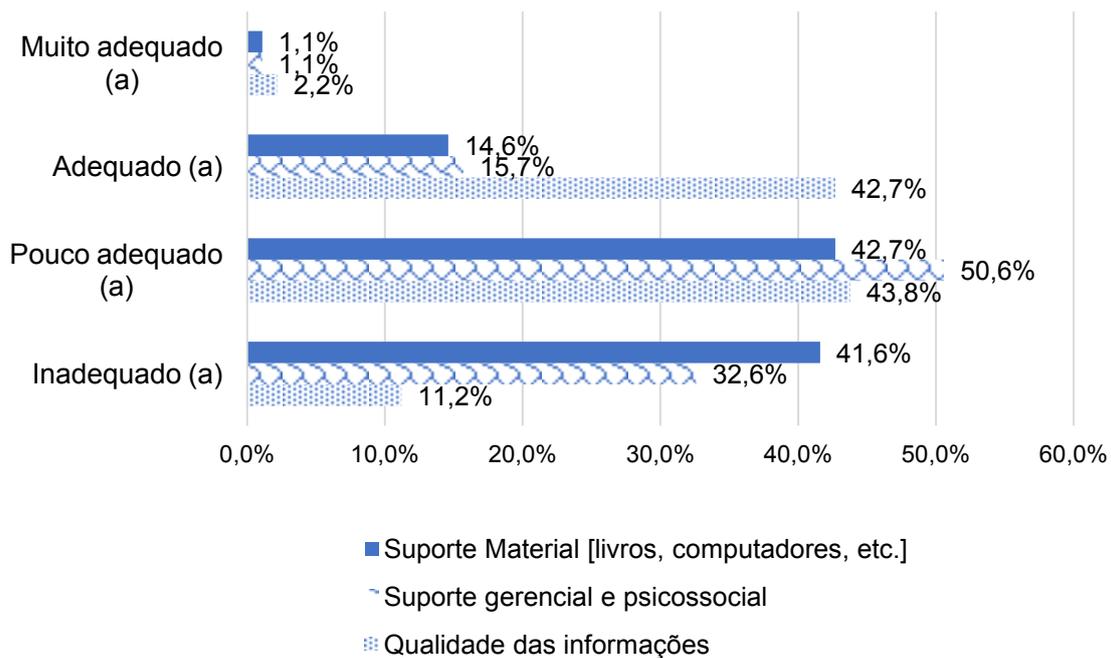
Bittner (2003, p.25) diz que a análise de fatores que podem auxiliar no desenvolvimento da atividade policial é de modo geral exógena e pesquisada por campos distintos. A atividade de pesquisa é considerada como “fora” da atividade policial, o que é um equívoco, pois a formação, incluindo a pesquisa, é “[...] uma preparação intelectual e moral para as pessoas engajadas em ocupações moral e intelectualmente inteligentes”. É perceptível e merece a ampliação, por via de pesquisa, o reconhecimento da importância da pesquisa e extensão para os sujeitos pesquisados, pois tal insatisfação pode estar ligada a debilidade da atividade na

APM, mas pode ainda refletir o anseio da força policial pela intensificação dessas atividades em seus processos formativos.

Na terceira seção do questionário buscou-se entender as questões externas a aprendizagem natural. Foi pedido que fosse expressa a percepção de adequação do suporte material [livros, computadores, etc.], do suporte gerencial e psicossocial e da qualidade das informações.

O suporte de material foi considerado pela maioria como pouco adequado ou inadequado, o gerencial e psicossocial por mais da metade dos respondentes como pouco adequado enquanto 42,7% percebem a qualidade das informações como adequada e 43,8% como pouco adequada.

Gráfico 9 – Suporte material, suporte gerencial e psicossocial e qualidade das informações

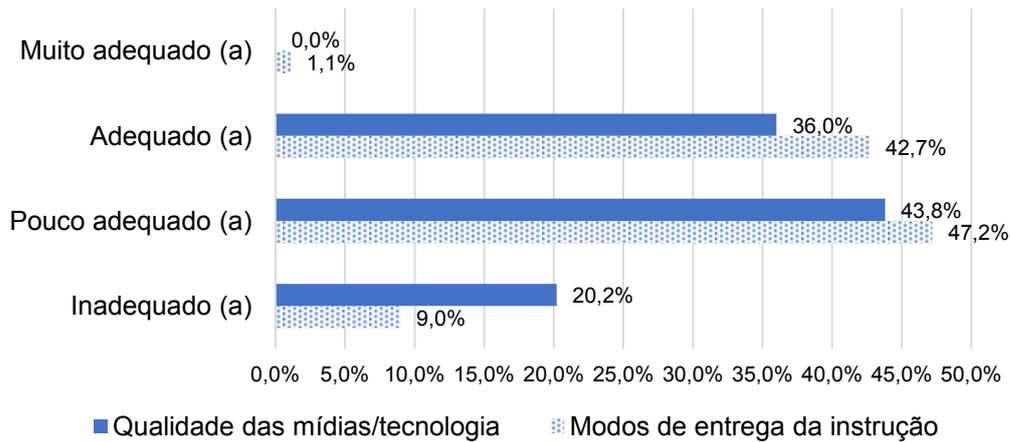


Fonte: Elaboração própria (2017)

Mais uma vez pode-se destacar a dependência da melhoria desses aspectos em função da necessidade de adequação da infraestrutura, que demanda disponibilização de maiores recursos para as academias e centros de ensino, sendo esses recursos, na atualidade, escassos e dependentes da implantação e execução de políticas públicas.

Na segunda parte da terceira seção – condições externas à aprendizagem natural induzida, as variáveis modos de entrega da instrução e qualidade das mídias e tecnologia utilizada no decorrer do curso foi percebida consecutivamente por apenas 1,1% e 0% como muito adequado, conforme gráfico a seguir.

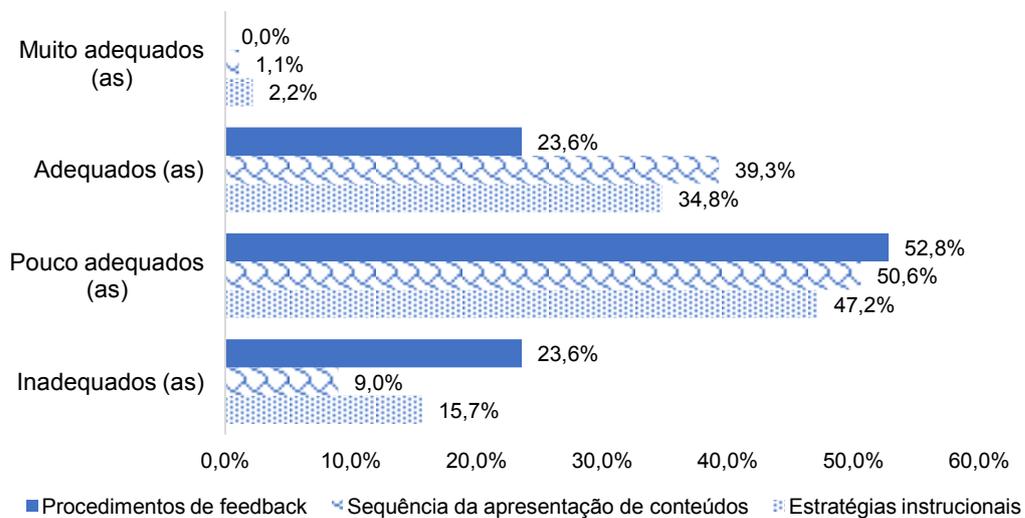
Gráfico 10 – Modo de entrega da instrução e qualidade das mídias e tecnologias utilizadas



Fonte: Elaboração própria (2017)

Ainda sobre as condições externas à aprendizagem induzida, foram avaliados pelos egressos os procedimentos de *feedback*, a sequência de apresentação dos conteúdos e as estratégias utilizadas nas instruções da formação.

Gráfico 11 – Procedimentos de feedback, sequência da apresentação de conteúdos e estratégias instrucionais



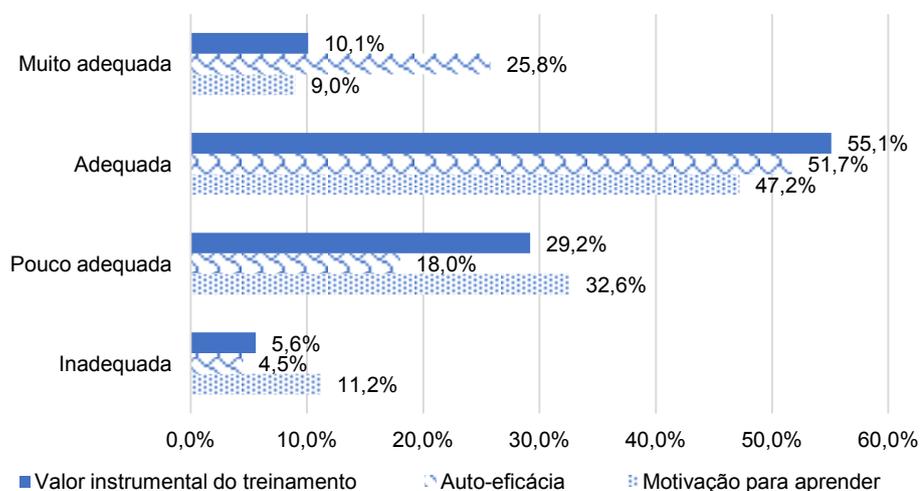
Fonte: Elaboração própria (2017)

Constatou-se na avaliação dos egressos as condições externas à aprendizagem alinhamento com o que foi apresentado pela coordenação do curso, através do Cap. Garrido, quando 52,8% dos respondentes consideram como pouco adequados e 23,6% como inadequados os procedimentos de *feedback*. Isso indica que os oficiais não se sentiram durante a sua formação bem avaliados e/ou acompanhados no desenvolvimento das atividades a eles exigidas.

Em relação às condições internas à aprendizagem 71,9% dos egressos consideram como adequados, 10,1% muito adequados, 14,6% pouco adequados e 3,4% inadequados as suas idades, sexo e escolaridade para realização do curso. Tais fatores são classificados como características demográficas por Abbad e Borges-Andrade (2004)

A motivação de aprendizagem – direção, esforço, intensidade e persistência no engajamento nas atividades de aprendizagem, auto-eficácia – crença nas suas próprias capacidades de obter sucesso ao engajar-se em uma atividade específica, e valor instrumental do treinamento – escolhas particulares do indivíduo e aos benefícios do programa para o aluno, relacionados a resultados futuros, foram também avaliados de acordo com a adequação que representaram para a sua atuação como policiais. O valor instrumental foi o bem mais avaliado pelos egressos, onde 55,1% consideraram como adequada e 10,1% como muito adequada a sua escolha particular.

Gráfico 12 – Valor instrumental do treinamento, auto eficácia e motivação para aprender

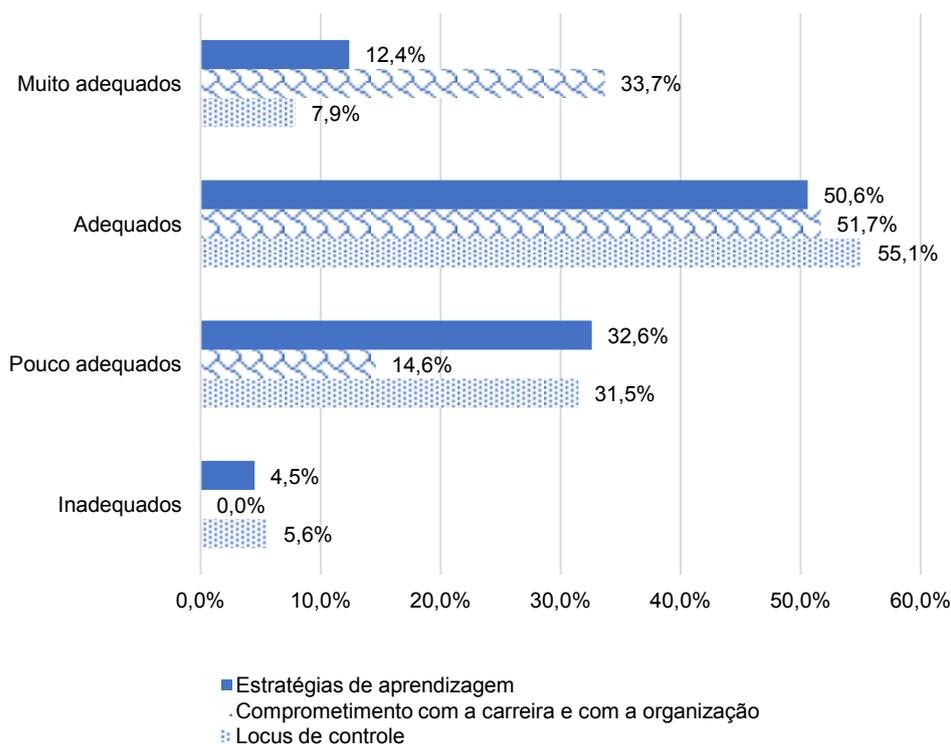


Fonte: Elaboração própria (2017)

Cabe destacar que os fatores necessários para o desempenho competente, considerando os indivíduos que integram processos cognitivos, são agrupados em categorias de condições internas e condições externas à aprendizagem das CHAs, sendo esses fatores considerados como muito importantes para o desenvolvimento competente da força policial.

Finalizando a avaliação das condições internas que levam à aprendizagem, o *locus* de controle que é o trabalho de personalidade estável capaz de afetar a motivação e a habilidade de aprender, o comprometimento com a carreira e com a organização que se caracteriza como a disposição de permanecer e defender os objetivos e valores da organização e por fim as estratégias de aprendizagem foram avaliadas pelos 89 respondentes conforme gráfico a seguir.

Gráfico 13 – Estratégias de aprendizagem, comprometimento com a carreira e com a organização e *locus* de controle

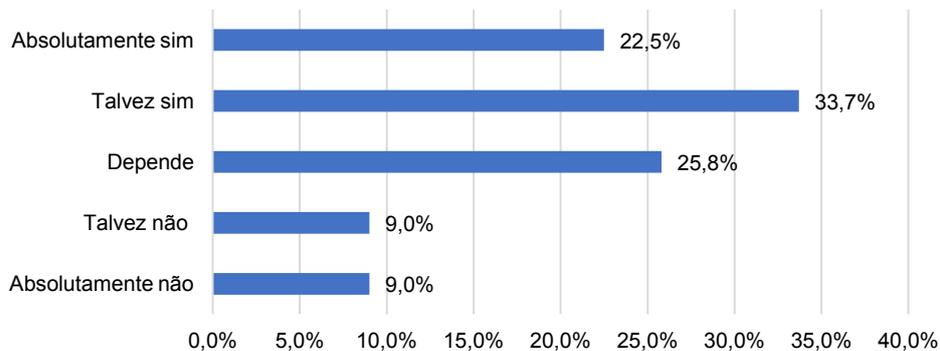


Fonte: Elaboração própria (2017)

Dentre as condições internas à aprendizagem, o comprometimento com a carreira e com a organização foi a bem mais avaliada tendo sido considerada por 85,4% dos respondentes como muito adequados ou adequados.

A quarta e última seção do questionário – Trabalho policial – foi constituída por cinco questionamentos. O primeiro questionamento diz respeito à visão do respondente em relação a formação pela qual passou e a sua contribuição para o desenvolvimento de uma atuação profissional que ajudasse a formar uma Polícia que desempenha um papel importante no contexto social. Conforme se pode notar no gráfico a seguir 56,2% dos respondentes consideram que absolutamente sim ou talvez sim, para contribuição positiva da formação. Entretanto, é significativo o percentual de respondentes que afirmam que absolutamente não, talvez não ou que depende a respeito de tal contribuição.

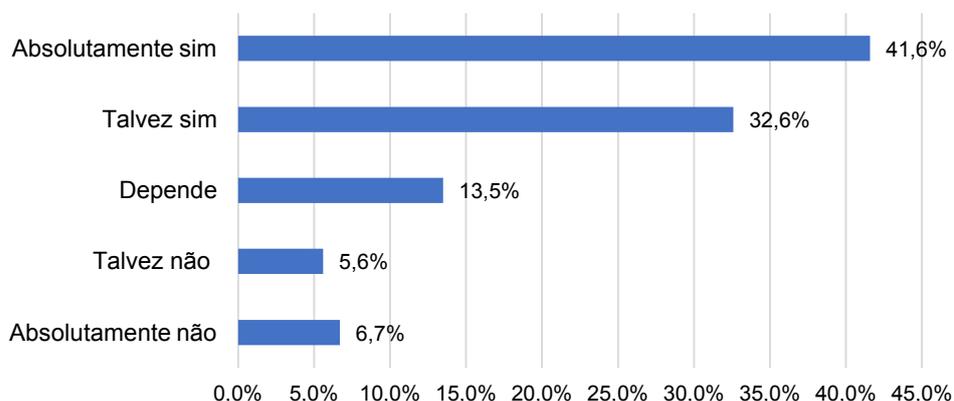
Gráfico 14 – Contribuição do CFO para o desenvolvimento de uma atuação profissional que ajuda na formação de uma Polícia que desempenha um papel importante no contexto social



Fonte: Elaboração própria (2017)

O segundo questionamento feito foi a respeito da contribuição do curso para atuação competente como policial. A maioria dos respondentes (74,2%) afirmam que absolutamente sim ou talvez sim.

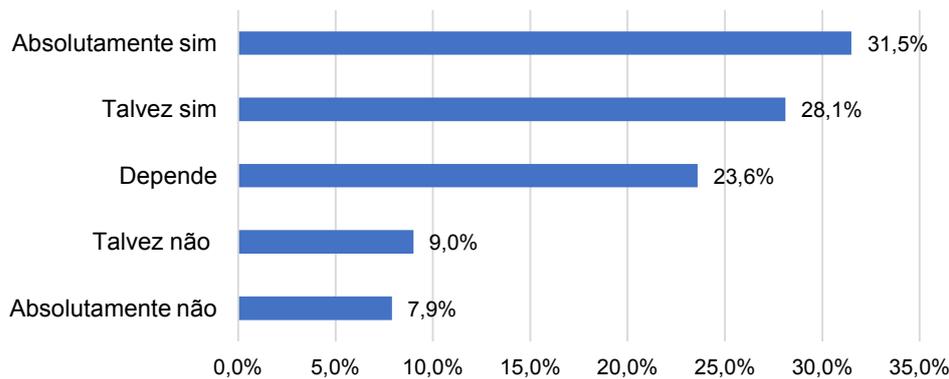
Gráfico 15 – Contribuição do CFO para atuação profissional competente do egresso



Fonte: Elaboração própria (2017)

O terceiro questionamento foi se a realização do CFO contribuiu para que, na atuação profissional, ocorresse a reflexão crítica e produção acertada, diante das demandas de segurança pública colocadas no atual contexto social e nesses 59,6% afirmam que absolutamente ou talvez sim, sobre a ocorrência de tal contribuição (Gráfico 16).

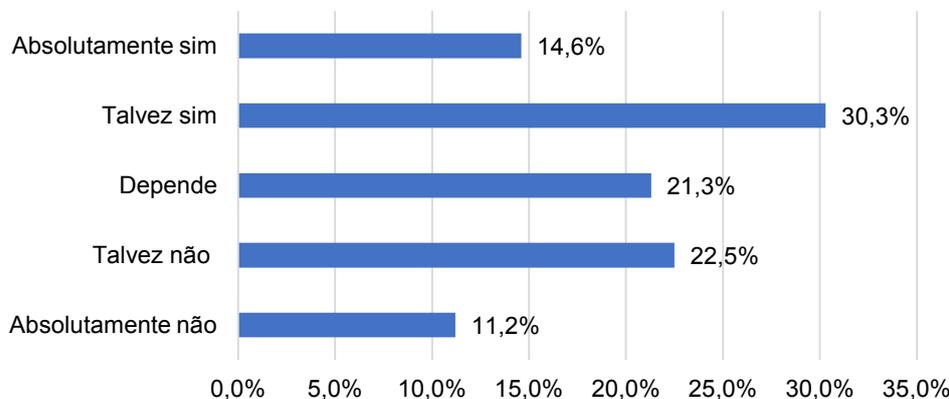
Gráfico 16 – Contribuição do CFO para reflexão crítica e resposta correta diante das demandas de segurança pública colocadas no atual contexto social na atuação profissional do egresso



Fonte: Elaboração própria (2017)

Os conteúdos estudados durante a formação e a permissão dos mesmos para o egresso ter domínio da gênese, fundamentos, evolução, conhecimento teórico da organização e da ação policial foi o penúltimo questionamento. Como mostra o gráfico 17, uma quantidade significativa dos respondentes (33,7%) afirmam que talvez não ou absolutamente não.

Gráfico 17 – Contribuição do CFO, através dos conteúdos estudados na formação, para como egresso o oficial ter domínio da gênese, fundamentos, evolução e conhecimento teórico da organização e da ação policial

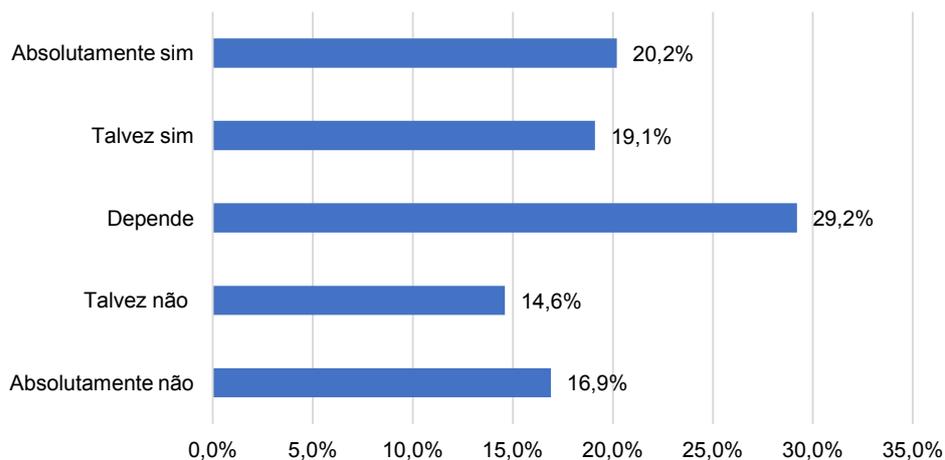


Fonte: Elaboração própria (2017)

O último questionamento feito na seção trabalho policial foi se na visão do egresso o CFOPM lhe habilitou a realizar ações como Tenente [níveis técnico e tático] e como Capitão [níveis tático e estratégico] (gráfico 18). 39,3% dos respondentes indicam que o curso de formação contribuiu positivamente para sua atuação pós academia, porém um percentual considerável (31,5%) discordam disso de maneira absoluta (16,9%) e com ponderações negativas (talvez, 14,6%).

O fato de existir um percentual significativo dos egressos que não percebem as contribuições do curso para sua atuação profissional como tenente e capitão é um indicativo de que existe no curso falhas no seu objetivo fim, contribuir para formação de oficiais para atuarem nos níveis técnicos, tático e estratégico.

Gráfico 18 – Contribuição do CFO na habilitação do egresso na realização de ações como Tenente [níveis técnico e tático] e como Capitão [níveis tático e estratégico]



Fonte: Elaboração própria (2017)

No decorrer da análise foram apontados pelos egressos questões importantes na formação como sendo pouco adequadas, a exemplo do modo de entrega da instrução que foi avaliado por 56,2% dos respondentes como pouco adequado ou inadequado. Foi avaliado também de forma não satisfatória a contribuição do curso para atuação nos postos de tenente e capitão.

Em relação a última etapa da pesquisa – trabalho policial – há um reconhecimento da sociedade e da força policial em relação a necessidade de um policiamento orientado para a solução de problemas, alterando o significado básico do

policciamento [ação reativa]. A força policial passa a atuar com respostas pautadas em um resultado a um questionamento racional, com intervenções planejadas e pautadas em métodos. Há ainda um reconhecimento da importância da aparência, da probidade, da percepção, do conhecimento, das habilidades, das atitudes e dos valores diferenciados como fatores diferenciais que devem ser contemplados nos processos formativos (BITTNER, 2003; MONJAEDET, 2003).

Coordenação e egressos concordam que o CFOPM da Bahia, forma profissionais competentes para o exercício da força policial, embora destaquem pontos de melhorias, tais como duração do curso, corpo docente, local de aulas, padrão de avaliação, atividades de pesquisa e extensão, diferentes tipos de suporte, procedimentos de feedback e sequência de apresentação de conteúdo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força policial é legitimada à medida que atua em conformidade com o direito, achando-se instituída para garantir os direitos do homem e do cidadão, sendo um elemento garantidor da paz social para o alcance do bem comum. Desta forma, a sua razão de ser e a sua missão são entendidas como legítimas. É preciso considerar a sua relevância, apesar dos muitos questionamentos quanto ao seu funcionamento ou razão de existência – monopólio da força – tais construções teóricas foram concebidas e perpetuadas ao longo do tempo, entretanto não apresentam um direcionamento para a resolução das crises de segurança pública vividas na atualidade, tão pouco admitem formas de enfrentamento para a “guerra” contra o crime. Cabe, portanto, pensar em formas de enfrentamento, incluindo e destacando, nesse trabalho, a qualificação da força policial para uma atuação competente.

Na trajetória dessa pesquisa buscou-se apresentar a estrutura da Polícia Militar da Bahia, a atuação e atribuições dos policiais em conformidade com a escala hierárquica nos seus diversos níveis. Nesse sentido, verificou-se que a atividade do oficial egresso consiste em exercer uma gestão que conecta as demandas da sociedade, dos superiores do seu local de trabalho (os oficiais superiores) e as praças e por isso uma formação multidisciplinar e que o instrumentalize para relações com seus pares é tão importante quanto para atuação de prestação de um serviço qualificado. Tal fato é contemplado em determinada medida pelos componentes curriculares de gestão de pessoas e Prática Sócio Profissional Reflexiva.

Ao buscar avaliar a adesão do currículo formativo do CFOPM em relação a Matriz Curricular Nacional do Ministério da Justiça, foi possível constatar que o currículo segue as indicações de formação indicados pela MCN e tendo a cautela de buscar a adequação ao contexto local, às necessidades da região de atuação da PMBA. O currículo do CFOPM amplia o que é indicado pela MCN ao buscar fornecer aos seus alunos também a formação voltada para gestão.

Em relação a análise das contribuições ou carências do curso de formação sob a perspectiva do Militar que trabalha na coordenação do CFOPM fica explicitada que

na sua percepção o CFOPM da Bahia forma uma força policial competente, entretanto ainda apresenta algumas fragilidades que são a das condições impeditivas de formação, como afirmado pelo Cap. Garrido. A avaliação do período de aspirantado ainda é frágil comprometendo assim a verificação da qualidade da atuação prática dos egressos através de uma ferramenta como um barema e que por exemplo identifique em qual área das que são praticadas no estágio o aspirante se desenvolve melhor.

Na percepção dos oficiais formados nos últimos cinco anos, verificou-se que existem aspectos positivos na formação policial, tais como as ligadas, principalmente, as condições internas do aluno oficial. Tal fator contribui para que dado o comprometimento com a profissão a busca pelo conhecimento durante a formação seja intensa. Entretanto aspectos negativos tais como os procedimentos de *feedback* fragilizado e em algum ineficazes dos egressos para coordenação do curso, esse aspecto impede que a visão do profissional egresso seja avaliada e contribua para revisão da estrutura do curso, com o reconhecimento dos pontos positivos e negativos. De modo geral é possível afirmar que, na percepção desses importantes atores, a formação da força policial no âmbito do CFOPM da Bahia é competente, havendo sim contribuições do CFOPM para a atuação qualificada dos policiais militares do Estado da Bahia no exercício das atividades específicas de aspirante a oficial, tenente e capitão.

Cabe destacar algumas limitações desse estudo como a de captar o público egresso que já exerce a profissão no posto de capitão. Tal limitação se deu devido ao fato das turmas de egressos que fizeram parte da amostra do presente estudo ainda não terem sido promovidos ao referido posto.

Em relação à indicação para novos estudos sugere-se um olhar mais qualificado dos indicadores de formação, tais como: avaliação, eixos articuladores, áreas temáticas, ementas das disciplinas que compõem o curso, entre outros.

Cabe repensar a Matriz Curricular buscando estabelecer estratégias para reduzir, o que na esfera das discussões de Segurança Pública, é apontado como ineficácia da polícia e indicado como um suposto padrão de atuação, predominantemente, violento e arbitrário. Nesse sentido, a coordenação do curso, ao revisar os

componentes curriculares, bem como revisar os seus conteúdos, deve buscar garantir a qualificação da força policial nos processos formativos, instituindo indicadores que avaliem, na fase de estágio como aspirante, a incorporação dos conteúdos, desenvolvimento das habilidades e comportamento atitudinal.

É evidente que o foco desse estudo limita-se a avaliação do CFOPM em relação ao seu potencial formador, entretanto nenhum estudo que avalie a força policial em sua atuação qualificada deve desconsiderar a importância do criterioso processo de recrutamento e seleção dos seus integrantes; da adequada aplicação do efetivo no contexto de trabalho; da cuidadosa avaliação do desempenho do trabalho policial; do criterioso desenvolvimento da força policial; e do adequado sistema de monitoramento e manutenção do trabalho policial. Formação qualificada é apenas uma componente do desenvolvimento da força policial, espera-se que os órgãos e instituições responsáveis possam prever e prover o aparelhamento de qualidade e instalações adequadas. A força policial qualificada é imprescindível para garantia da ordem pública.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G., & BORGES-ANDRADE, J. E. (2004). **Aprendizagem humana em organizações e trabalho**. In J.C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed.

BAHIA. **Lei nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001**. Publicado no D.O.E em 28 de dezembro de 2001.

Bahia. Secretaria da Segurança Pública. **PLANESP: Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública**. Salvador: EGBA, 2017. Acesso em: < <http://www.ssp.ba.gov.br/arquivos/File/Projetos/PLANESP.pdf> >. Acesso em: 12 de Ago. de 2017.

BARREIRA, Gabriel. **Formação deficiente causa abuso de força policial, diz relatório da PM-RJ**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/formacao-deficiente-causa-abuso-de-forca-policial-diz-relatorio-da-pm-rj.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BARROS, Marcelo. **Políticas públicas de segurança no Brasil: mito ou realidade?** In: RATTON, José Luiz, BARROS, Marcelo (Orgs.). Polícia, democracia e sociedade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**; 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 (Série Polícia e Sociedade, nº 1).

BENEVIDES, Tânia Moura. **Vendendo dinheiro e precarizando o trabalho: a transformação do trabalho bancário em Salvador a partir dos anos 2000**. Tese (Doutorado). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012 Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17350/1/Benevides,%20T%C3%A2nia%20Moura.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2017.

BENEVIDES, Tânia Moura et al. **POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA**. In: Congresso UFBA 70 anos, 1., 2016, UFBA. **POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA...** [S.l.: s.n.], 2016. p. 167-167. v. 1. Disponível em: <http://www.congresso.ufba.br/wp-content/uploads/2016/06/CONGRESSOUFBA_programacao.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017).

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2003

BOBBITT, John Franklin. **O currículo**. Lisboa: Didática, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1983.

CFAP. Disponível em: <

http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1943%3Acfap&catid=47%3Ainstitucional&Itemid=154>. Acesso em: 24 Jul. 2016

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2017**. [S.l.: s.n.], 2017. 68 p.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>.

Acesso em: 12 ago. 2017.

Curso de Formação de Oficiais. Disponível em: <

http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=429&Itemid=294>. Acesso em: 24 Jul. 2016.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; GROSSI, B. C. **Relações Intergovernamentais e Segurança Pública: uma análise do Fundo Nacional de Segurança Pública**.

Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 1, 2007.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, R.S. **Segurança Pública**. In: Renato Sérgio de Lima; José Luiz Rattón; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. (Org.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014.

CRETTEZ, Xavier. **As formas de violência**. Edições Loyola: São Paulo, 2011.

DALLARI Dalmo Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DIAS, Lúcia Lemos. **A política de Segurança Pública entre o monopólio legítimo da força e os direitos humanos: a experiência da Paraíba no pós 1988**. 2010.

Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em:

<<http://repositorio.ufpe.br:8080/handle/123456789/9324?show=full>>. Acesso em: 08 Mar. 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Tradução de José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

ESG. **Fundamentos da Escola Superior de Guerra**. - Rio de Janeiro: A Escola, 2009. Reimpressão em 2010.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. **Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais**. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n2/a15v17n2.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

FLEURY, Maria Tereza Leme and FLEURY, Afonso. **Construindo o conceito de competência**. Rev. adm. contemp. [online]. 2001, vol.5, n.spe, pp.183-196. ISSN 1982-7849. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552001000500010>>. Acesso em: 10 de set 2017.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

G1. **Número de policiais mortos no RJ é quase 4 vezes maior que em SP no primeiro semestre de 2017.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-policiais-mortos-no-rj-e-quase-4-vezes-maior-que-em-sp-no-primeiro-semester-de-2017.ghtml>>. Acesso em: 17 Set. 2017.

GOMES, Luiz Flávio. **NECRIM: Polícia Conciliadora de Primeiro Mundo.** In: BLAZECK, Luiz Maurício Souza; MARZAGÃO JR., Laerte Idalino. (Org.). *Mediação – Medidas Alternativas para Resolução de Conflitos Criminais.* São Paulo: Quartier Latin, 2013.

JAEHN, Lisete. **O pensamento curricular e a relação entre poder e conhecimento: controle e regulação social.** Espaço do Currículo, v.4, n.2, p.114-124, Setembro de 2011 a março de 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/viewFile/12329/7105>>. Acesso em: 20 ago14.

JOHNSTON, L. **Modernidade-Tardia, Governo e Policiamento** In: BRODEUR, Jean-Paul (Org.). **Como Conhecer um Bom Policiamento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução.** Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Centauro, 2007.

Marcelo Barros. **Políticas Públicas de Segurança no Brasil: Mito ou Realidade?** In: José Luiz Rattón; Marcelo Barros Correia. (Org.). *Polícia, Democracia e Sociedade.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

GREENE, Jack R. (Org.). **Administração do trabalho policial: questões e análises.** São Paulo: Edusp, 2002. (Série Polícia e sociedade, nº 5).

MONJARDET, Jeas-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa,** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; nº 10)

MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da, **Currículo, Cultura e Sociedade.** Antonio Flávio Moreira e Tomaz Tadeu da Silva (orgs.); tradução de Maria Aparecida Baptista – 4. ed. – São Paulo Cortez, 2000.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JUNIOR, Domicio. **Mandato Policial.** In: Renato Sérgio de Lima; José Luiz Rattón; Rodrigo Azevedo. (Org.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **A Crise de identidade das Polícias Militares: Dilemas e Paradoxos da Formação.** Security and Defense Studies Review, v. 1, 2001.

OLIVA JÚNIOR, Nivaldo Góes; MATTOS, Fausto Eduardo Cabral; DE OLIVEIRA, Jéssica Nascimento. **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA (CESP): UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DESSA FORMAÇÃO**

PROFISSIONAL PARA OS EGRESSOS DA PMBA [2010 – 2014]. Revista Formadores, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 70, jun. 2015. ISSN 2117-7780. Disponível em: <<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/646/574>>. Acesso em: 11 Out. 2016.

OPB. **Ordem dos Policiais do Brasil.** Disponível em: <<http://opb.net.br/noticias-detalle.php?idRow=4238>>. Acesso em: 15 set. 2017.

PACTO PELA VIDA. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 de ago. 2017.

Peres, J.A.S., Wanderley, J.C.V., Correia, L.M., Peres, M.H. de M. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, (2011).

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Currículo do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares. PMBA/UNEB, Salvador, 2014.

PONCIONI, P. Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro. 2004. 340f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. Sociedade e Estado, Brasília, DF, v. 20, n. 3, set./dez. 2005.

_____. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo. v. 1, n.1, 2007.

_____. Um olhar sobre as políticas públicas na área de segurança através da formação profissional do policial. Rio de Janeiro: FAPERJ: UFRJ, 2008. Relatório final de pesquisa. Não publicado.

_____. **Políticas públicas para a Educação policial no Brasil: propostas e realizações.** Estudos de Sociologia (São Paulo), v. 17, 2012.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REINER, Robert. A Política da Polícia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

Luiz, Ronilson de Souza. **Ensino policial militar.** 2008. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Anderson Santos; PIRES, Tatiane Soares. **FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA APM:: UMA ANÁLISE DE CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.** 2014. 66 p. Monografia (Especialista em Segurança Pública) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), APM-BA, 2014.

ROSA, P. T. R.. **Responsabilidade do Estado por Atos das Forças Policiais.** Belo Horizonte: Editora Líder, 2004.

ROSENBAUM, Dennis P. **A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para policiamento comunitário**. In: BRODEUR, Jean-Paul. Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2002.

RUEDIGER, Marco Aurélio; RICCIO, Vicente. **O novo contrato social: desenvolvimento e justiça em uma sociedade complexa**. In: CAVALCANTI, Bianor Scelzar; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério. Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SENASP. **Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3 ed. Editora Autêntica. 2010.

SILVA JÚNIOR, Dequex Araújo. **Policamento e políticas públicas de segurança: estratégias, contrastes e resultados das ações de policiamento em Salvador (2004-2006)**. Tese (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador 2007. Disponível em: <
<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/342013124259.pdf>>. Acesso em: 28 de jul 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Estudos Avançados 21 (61), 2007.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Teoria do Estado: introdução**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **"Subjetividade e História na construção de um Sociólogo"**. In: Revista Educação, Subjetividade e Poder. Porto Alegre, NESPE/ PPG - Educação da UFRGS, Ed. UNIJUI, janeiro - junho de 1997.

THIOLLENT, M.J.M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1982.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos reresistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENAÇÃO

PESQUISA DE CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO CFO-PMBA PARA A ATUAÇÃO QUALIFICADA DOS EGRESSOS

2017 - UFBA

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal [UFBA] pelo mestrando Nivaldo Góes Oliva Júnior. Tem por objetivo avaliar a visão dos egressos do CFO-PMBA sobre a contribuição do referido curso para sua atuação profissional. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

I - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome:

2. Idade:

3. Patente:

4. Lotação:

5. Ano de ingresso na PMBA:

6. Ano de ingresso na APMBA:

7. Descrição de atividade desenvolvida:

II - TRABALHO POLICIAL E CURRÍCULO

8. O que o senhor (a) entende como trabalho policial Militar?

9. O senhor (a) compreende que o cronograma de formação prepara o policial para sua atuação qualificada no exercício das atividades específicas de aspirante a oficial, tenente e capitão?

10. Como o senhor(a) entende a influência da MATRIZ Curricular Nacional do Ministério de Justiça e o seu alinhamento com o currículo formativo do CFO-PMBA?

11. No ponto de vista do senhor (a) poderia ser feita alguma melhora, modificação na ementa do CFO visando uma melhor capacitação dos Oficiais?

12. Existem, se sim quais são e de que forma, retorno (feedback) dos egressos e dos seus diretores e comandantes acerca do aproveitamento do CFOPM-BA na atuação dos mesmos?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador, consinto que os dados sejam utilizados e os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos.

13. Assinatura

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA OS EGRESSOS DO CFO – PMBA

PESQUISA DE CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO CFO-PMBA PARA A ATUAÇÃO QUALIFICADA DOS EGRESSOS

2017 - UFBA

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal [UFBA] pelo mestrando Nivaldo Góes Oliva Júnior. Tem por objetivo avaliar a visão dos egressos do CFO-PMBA sobre a contribuição do referido curso para sua atuação profissional. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

I - IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DOS RESPONDENTES

1. Sexo:

1. Masculino 2. Feminino

2. Idade:

1. 18 a 28 anos 2. 29 a 38 anos
 3. 39 a 48 anos 4. 49 a 58 anos
 5. 59 anos ou mais

3. Ano de ingresso na PMBA:

4. Ano de ingresso na APMB:

5. Ano de formatura do CFO:

6. Ano de promoção para Tenente:

7. Ano de promoção para Capitão:

8. Patente:

9. Lotação:

II - PERFIL DO CURSO: Estrutura de funcionamento do CFO

Em relação ao CFO, avalie os aspectos a seguir considerando a escala apresentada. Aponte na sua percepção nível de adequação.

10. Currículo/Projeto Pedagógico:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

11. Disciplinas ofertadas:

1. Inadequadas 2. Pouco adequadas
 3. Adequadas 4. Muito Adequadas

12. Conteúdos abordados nas disciplinas:

1. Inadequados 2. Pouco adequados
 3. Adequados 4. Muito Adequados

13. Duração do curso no período de 4 (quatro) anos:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

14. Divisão do curso - 03 (três) anos de formação curricular na APM e 1 (um) ano de Aspirantado (estágio operacional):

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

15. Carga horária do curso (1.920 h):

1. Inadequada 2. Pouco adequada
 3. Adequada 4. Muito Adequada

16. Corpo docente:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

17. Local das aulas [sede da Academia de Polícia Militar da Bahia]:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

18. Controle de frequência:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

19. Padrão de avaliação:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

20. Atividades de pesquisa e extensão

1. Inadequadas 2. Pouco adequadas
 3. Adequadas 4. Muito Adequadas

III - DESEMPENHO COMPETENTE: Condições externas à aprendizagem natural

Em relação as condições internas e externas para a aprendizagem que leva ao desempenho competente, informe como você avalia os aspectos apresentados.

21. Qualidade das informações:

1. Inadequada 2. Pouco adequada
 3. Adequada 4. Muito Adequada

22. Suporte gerencial e psicossocial:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

23. Suporte Material [livros, computadores, etc.]:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

B - Condições externas à aprendizagem induzidas**24. Modos de entrega da instrução:**

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

25. Qualidade das mídias/tecnologia:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

26. Estratégias instrucionais:

1. Inadequadas 2. Pouco adequadas
 3. Adequadas 4. Muito Adequadas

27. Sequência de apresentação de conteúdos:

1. Inadequada 2. Pouco adequada
 3. Adequada 4. Muito Adequada

28. Procedimentos de feedback:

1. Inadequados 2. Pouco adequados
 3. Adequados 4. Muito Adequados

C - Condições internas

Avalie as suas características no processo de aprendizagem.

29. Dados demográficos [idade, sexo, escolaridade]:

1. Inadequados 2. Pouco adequados
 3. Adequados 4. Muito Adequados

30. Motivação para aprender [direção, esforço, intensidade e persistência no engajamento nas atividades de aprendizagem]:

1. Inadequada 2. Pouco adequada
 3. Adequada 4. Muito Adequada

31. Auto-eficácia [crença nas suas próprias capacidades de obter sucesso ao engajar-se em uma atividade específica]:

1. Inadequada 2. Pouco adequada
 3. Adequada 4. Muito Adequada

32. Valor instrumental do treinamento [escolhas particulares do indivíduo e aos benefícios do programa para o aluno, relacionados a resultados futuros]:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

33. Locus de controle [traço de personalidade estável capaz de afetar a motivação e a habilidade de aprender]:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

34. Comprometimento com a carreira e com a organização [disposição a permanecer e defender os objetivos e valores da organização pertencente e sua carreira]:

1. Inadequado 2. Pouco adequado
 3. Adequado 4. Muito Adequado

35. Estratégias de aprendizagem [atividade de processamento de informações com o objetivo de facilitar a aquisição, armazenagem e subsequente recuperação da informação aprendida]:

1. Inadequadas 2. Pouco adequadas
 3. Adequadas 4. Muito Adequadas

IV- TRABALHO POLICIAL**36. Na sua visão, a formação pela qual você passou contribuiu para o desenvolvimento de uma atuação profissional que ajuda a formar uma Polícia que desempenha um papel importante no contexto social?**

1. Absolutamente não 2. Talvez não
 3. Depende 4. Talvez sim
 5. Absolutamente sim

37. Realizar esse curso contribuiu para na sua atuação profissional competente?

1. Absolutamente não 2. Talvez não
 3. Depende 4. Talvez sim
 5. Absolutamente sim

38. Realizar esse curso contribuiu para que, na sua atuação profissional, você reflita criticamente e produza acertadamente, diante das demandas de segurança pública colocadas no atual contexto social?

1. Absolutamente não 2. Talvez não
 3. Depende 4. Talvez sim
 5. Absolutamente sim

39. Os conteúdos estudados durante a formação lhe permite hoje, como egresso, ter domínio da gênese, fundamentos, evolução, conhecimento teórico da organização e da ação policial?

1. Absolutamente não 2. Talvez não
 3. Depende 4. Talvez sim
 5. Absolutamente sim

40. Na sua visão, o CFO lhe habilitou a realizar ações como Tenente [níveis técnico e tático] e como Capitão [níveis tático e estratégico]?

1. Absolutamente não 2. Talvez não
 3. Depende 4. Talvez sim
 5. Absolutamente sim

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador, consinto que os dados sejam utilizados e os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos.

41. Assinatura

--

ANEXO A

QUADRO CURRICULAR POR SEMESTRE DO CFOPM BA

SEPARATA

13 de outubro de 2014

n.º 190

10. QUADRO CURRICULAR POR SEMESTRE

1º Semestre

Nº	COMPONENTE CURRICULAR	C/H
1	Educação Emocional e Relações Humanas I	72
2	Ética, Direitos Humanos e Cidadania	36
3	Antropologia e Estudo de Culturas da Sociedade Brasileira	36
4	Sistema de Segurança Pública (História, Estrutura e Funcionamento)	72
5	Introdução ao Estudo do Direito	72
6	Educação Física e Saúde do Profissional de Segurança Pública I	72
7	Língua Portuguesa	72
8	Ordem Unida, Legislação e Procedimentos Específicos I	108
9	Metodologia do Trabalho Científico I	36
10	Estágio Supervisionado I – PSPR I	36
11	Atualização Técnico Profissional I	48
12	Acompanhamento Psicopedagógico	24
13	Desporto	36
TOTAL		720

2º Semestre

Nº	COMPONENTE CURRICULAR	C/H
1	Filosofia	36
2	Formação Social e Econômica do Brasil	60
3	Teoria Geral da Administração	72
4	Direito Constitucional	72
5	Direito Civil	72
6	Educação Física II e Saúde do Profissional de Segurança Pública II	72
7	Prática Sócio-Profissional Reflexiva II	36
8	Técnica e Tática de Bombeiro Militar	60
9	Técnica de Intervenção e Uso da Força I	72
10	Direito Penal I	60
11	Atualização Técnico Profissional II	48
12	Acompanhamento Psicopedagógico	24
13	Desporto	36
TOTAL		720

3º Semestre

Nº	COMPONENTE CURRICULAR	C/H
1	Sociologia da Violência	48
2	Teoria da Polícia e Organização Policial	72
3	Direito Administrativo	72
4	Direito Penal II	60
5	Educação Física e Saúde do Profissional de Segurança Pública III	72
6	Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho	36
7	Prática Sócio Profissional Reflexiva - PSPR III	36
8	Modulo Técnica Policial (Policimento e Uso Progressivo da Força) I	72
9	Técnica de Intervenção e Uso da Força II	72
10	Estágio Supervisionado - PSPR III	72
11	Atualização Técnico Profissional III	48
12	Acompanhamento Psicopedagógico	24
13	Desporto	36
TOTAL		720

4º Semestre

Nº	COMPONENTE CURRICULAR	C/H
1	Educação Emocional e Relações Humanas IV	36
2	Gestão de Pessoas	60
3	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	72
4	Direito Penal III	60
5	Direito Penal Militar	60
6	Educação Física e Saúde do Profissional de Segurança Pública IV	72
7	Estatística Aplicada	36
8	Prática Sócio Profissional Reflexiva III	36
9	Modulo Técnica Policial (Policimento e Uso Progressivo da Força) II	72
10	Estágio Supervisionado IV - PSPR	54
11	Trânsito	54
12	Atualização Técnico Profissional IV	48
13	Acompanhamento Psicopedagógico	24
13	Desporto	36
TOTAL		720

5º Semestre

Nº	COMPONENTE CURRICULAR	C/H
1	Gestão Integrada e Comunitária em Segurança Pública	72
2	Polícia Científica (Criminalística e Medicina Legal)	72
3	Direito Processual Penal	72
4	Educação Física e Saúde do Profissional de Segurança Pública V	72
5	Tecnologia da Informação	72
6	Prática Sócio Profissional Reflexiva V	36
7	Módulo de Policiamento especializado I	72
8	Estágio Supervisionado V – PSPR	72
9	Feitos Investigatórios	72
10	Atualização Técnico Profissional V	48
11	Acompanhamento Psicopedagógico	24
13	Desporto	36
TOTAL		720

6º Semestre

Nº	COMPONENTE CURRICULAR	C/H
1	Ética, Direitos Humanos e Cidadania II	36
2	Administração Financeira e orçamentária	60
3	Administração de Materiais e Logística	36
4	Direito Processual Penal Militar	60
5	Gerenciamento de Crises, Conflitos e Desastres	72
6	Prática Sócio Profissional Reflexiva – PSPR VI	36
7	Técnicas de Intervenção e Uso da Força III	72
8	Modulo de Policiamento Especializado II	72
9	Metodologia da Pesquisa	36
10	Estágio Supervisionado VI- PSPR	72
11	Planejamento Operacional	60
12	Atualização Técnico Profissional VI	48
13	Acompanhamento Psicopedagógico	24
13	Desporto	36
TOTAL		720